

Outubro

[27 e 28] Seminário Psicólogos na Saúde Suplementar. Promoção – CRP SP
Local: Arruda Alvim, 89 – São Paulo. Informações: (11) 3061-9494 ramal 151 ou pelo e-mail: infoeventos@crpsp.org.br

[27 a 29] XVIII Jornada Reich no Sedes – “Invenção e criação na clínica contemporânea”. Local: Instituto Sedes Sapientiae. R. Ministro Godoy 1484, tel: (11) 3866-2730 /31/32

Novembro

[2 a 4] Curso Intensivo de Introdução à Terapia Cognitiva. Local: R. Machado Bittencourt, 205, CJ. 47 – São Paulo. Organizado pelo Instituto de Terapia Cognitiva. Informações: www.itc.web.com ou (11) 4166.566

[04] IX Jornada Científica InCor/HCFMUSP – Módulo Psicologia. “Paciente ou família: quem precisa de cuidados no hospital?”.
Local: Centro de Convenções Rebouças – Auditório Amarelo – Vagas limitadas – Informações (11) 3069-5290 ou psiensino@incor.usp.br

[4 e 5] I Mostra Estadual de Práticas de Psicologia em Educação e o IV Encontro de Psicólogos da Área da Educação.
Promoção – CRP SP
Informações: (11) 3061-9494 ramal 151 ou pelo e-mail: infoeventos@crpsp.org.br

[04 a 06] XXI Simpósio Internacional Junguiano da Associação Junguiana do Brasil –
Palestras internacionais, multiconferências, pré-simpósio. Maiores informações: www.ijrs.org.br

[10 a 13] IV Congresso Internacional de Saúde Mental e Direitos Humanos
Organizado pela Associação das Mães da Praça de Maio, o evento vai discutir a formação crítica em Saúde Mental, trabalhando as práticas clínicas e sociais. Local: Buenos Aires. Informações: www.madres.org, congresso@madres.org ou (54 11) 4382-1055

[11 a 14] XX Congresso Brasileiro de Psicanálise – Hotel Gran Bittar em Brasília. Maiores informações: www.abp.org.br

[16 e 17] Workshop com Tullio Scrimali, Itália: Entropia da Mente - Terapia Cognitiva e Reabilitação em Esquizofrenia. Local: Escola Paulista de Medicina, São Paulo. Organizado pelo Instituto de Terapia Cognitiva
Informações: www.itc.web.com ou (11) 4166.5660

[22] Audiovisual: “Para conhecer...Jacques Lacan” –
Coordenação: Rubens Tiveras Valverde - Centro de Estudos Psicanalíticos – R. Alm. Pereira

Guimarães, 378. Informações: (11) 3865-0017 / 3864-2330
cep@centropsicanalise.com.br
www.centropsicanalise.com.br
Gratuito

[25] Psicossomática e Prevenção em Saúde. Com Ernesto Duvidovich, Themis Regina Winter e Wagner Rannã - Centro de Estudos Psicanalíticos, R. Alm. Pereira Guimarães, 378. Informações: (11) 3865-0017 / 3864-2330, cep@centropsicanalise.com.br
www.centropsicanalise.com.br
Gratuito

Março 2006

[17 a 16 de fevereiro de 2008] - Curso de Especialização em Terapia Cognitiva. Organizado pelo Instituto de Terapia Cognitiva
Informações: www.itc.web.com ou (11) 4166.5660

Abril 2006

[06 e 07] 1º Congresso Brasileiro de Reabilitação Profissional em Acidentados no Trabalho
Organizado pelo Centro Brasileiro de Segurança e Saúde Industrial
Apresentação de trabalhos técnicos e as inscrições irão até o dia 10/12/2005
Informações: (19) 3251-5194 ou 0800 10 9494 / http://www.cbssi.com.br

psi

jornal de psicologia  crp sp

número 145 • outubro | dezembro 2005



Banco Social de Serviços em Psicologia

Um marco na história da categoria

02 Editorial

Formação

Resoluções do CFP ainda são pouco abordadas na formação profissional

03

Conversando com o Psicólogo

Pesquisa mostra quadro da inserção dos psicólogos nos planos de saúde suplementar

04

06 Questões Éticas

O Novo Código de Ética Profissional dos Psicólogos está em vigor

Ciência e Profissão

A atuação do psicólogo dentro das escolas contribui para a construção de uma nova realidade

08

10 Orientação

As resoluções do CFP ganham maior destaque no novo Código de Ética

Seção Aberta

Banco Social de Serviços em Psicologia encerra suas atividades, mas deixa um legado histórico

12

14 Políticas Públicas

Autoridades defendem regulamentação para os anunciantes e emissoras de TV a partir de ampla discussão com a sociedade

Um Mundo Melhor é Possível

Economia solidária: democratização do trabalho

16

Opinião

Dalmo de Abreu Dallari, jurista, comenta a necessidade de se fazer uma reforma política

17

18 Interior

Vale do Paraíba – Reciclagem, um ato de cidadania e inclusão social
São José do Rio Preto – IV Congresso de Psicologia do Oeste Paulista destaca a multidisciplinaridade

Livros

Belinda Mandelbaum fala da obra de Magdalena Ramos e Leonardo Posternak sobre a difícil arte de criar os filhos

20

21 Estante

Nuestra América Latina

A legislação para infância e juventude é avançada em boa parte dos países latino-americanos, mas as crianças ainda não sentiram o impacto desses benefícios

22

23 Mural

Agenda



Conselho Regional de Psicologia SP

Psi Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Maria da Graça Marchina Gonçalves
Vice-presidente | Maria Ermínia Ciliberti
Secretária | Lúcia Fonseca de Toledo
Tesoureiro | Elisa Zaneratto Rosa

Conselheiros efetivos

Andréa Torres, Chica Hatakeyama Guimaraes, Débora Cristina Fonseca, Elcimara Meire da Rocha Mantovani, Elcio dos Santos Sequeira, Fátima Regina Riani Costa, José Roberto Heloani, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria José Medina da Rocha Berto, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza

Conselheiros suplentes

Adriana Eiko Matsumoto, Ana Paula Pereira Jardim, Andréa de Conto Garbin, Carmem Sílvia Rotondano Taverna, Daniela Fogagnoli Elda Varanda Dunley Guedes Machado, Lumena Celi Teixeira, Maria Izabel do Nascimento Marques, Oliver Zancul Prado, Sandra Elena Sposito, Sueli Ferreira Schiavo, Valéria Castro Alves Cardoso Penachini, Vera Lúcia Fasanella, Pompílio, Zuleika Fátima Vitoriano Olivian

Gerente-geral Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Coordenadora | Andréa Torres
Membros | Adriana Eiko Matsumoto, José Roberto Heloani, Sueli Ferreira Schiavo e Oliver Zancul Prado

Edição e textos ALPY Comunicação Expandindo Horizontes

(11) 4152 8494
Jornalista Responsável H Carrijo (MTB 17296)

Colaboração Paula Crecêncio e Liésio Pereira

Projeto gráfico e Editoração Fonte Design (11) 3081 5892

Ilustrações Juliana Migueletto e Cláudia Gil

Fotos Nuestra América Latina, Políticas Públicas, Interior Vale do Paraíba Lujs H R Carrijo

Impressão Supergráfica

Tiragem 55.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo – SP
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Site http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322 6224, 3322 3932
Bauri | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 620 1377
Grande ABC | tel. (11) 4436 4000
Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441
São José do Rio Preto | tel. (17) 235 2883, 235 5047
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

Expediente

“Os psicólogos (argentinos) ainda não perceberam a necessidade de trabalhar na mudança da lei (da infância e juventude). Isso faz parte do problema, não faz parte da solução”

Emílio Garcia Mendéz

“A Psicologia é extremamente importante para a democratização do ensino, já que suas teorias auxiliam os educadores na elaboração, construção e compreensão das mudanças de concepção a respeito da aprendizagem”

Sérgio Leite

“O psicólogo precisa ser crítico em relação ao atendimento prestado, buscando compreender as repercussões de sua intervenção tanto no âmbito individual quanto no coletivo”

Patrícia Garcia

“Lutar por mudanças nos planos de saúde é hoje uma tarefa que não pode esperar”

Ana Bock



A Psicologia com rumo

Navegar é preciso, sempre, em águas calmas ou revoltas. De certa forma, é disso que trata este jornal. Em tempos de águas revoltas é preciso não perder o rumo. Queremos uma sociedade democrática e generosa com todos os indivíduos, que caminhe na direção da justiça social. Por isso, o que já está conquistado deve ser preservado, enquanto tratamos de buscar novos avanços. Como categoria profissional, não podemos deixar de refletir sobre questões da sociedade brasileira.

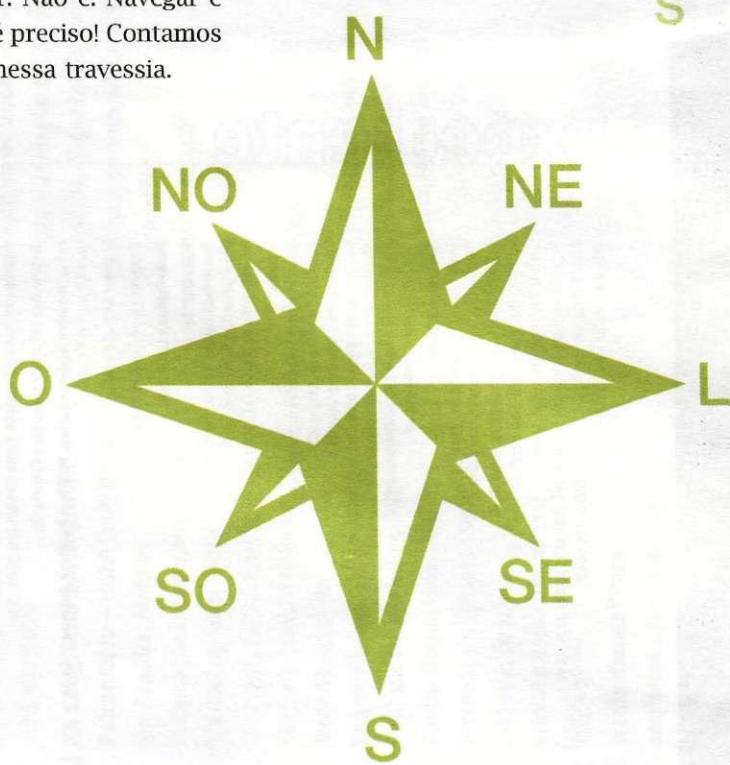
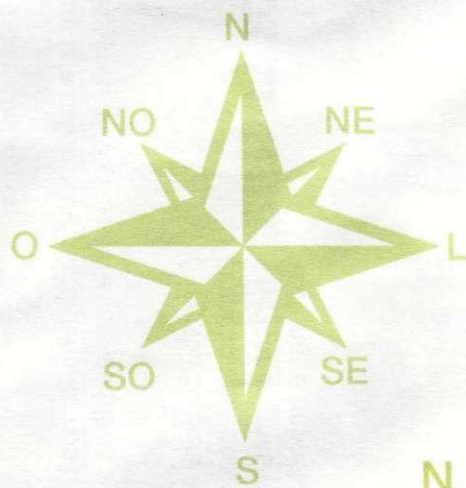
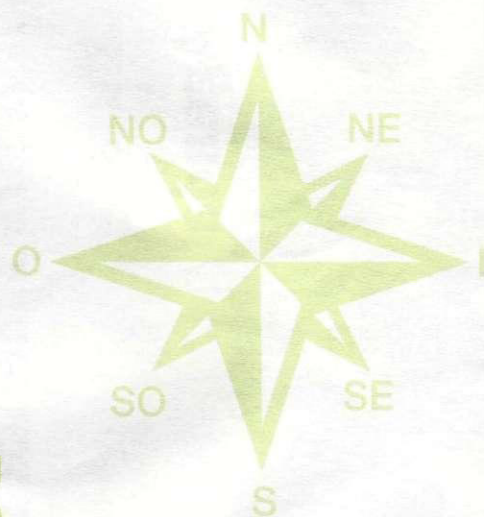
O que deve ser feito para que nossa democracia, ainda tão frágil, tão sujeita às mazelas perpetuadas pelas elites em nossa história, possa se fortalecer e possibilitar uma participação efetiva e crítica de todos nas decisões sobre os caminhos para o país? Precisamos debater questões sobre a política brasileira. Mas precisamos também perceber que a política está presente em muitos outros âmbitos de nosso cotidiano. O atendimento à saúde privatizado, em detrimento da implementação do SUS. Como, nesse contexto, devemos atuar como psicólogos? A reestruturação do trabalho, sua precarização e o desemprego. Como enfrentar esse contexto, que nos afeta de todos os modos, como trabalhadores, como cidadãos, como prestadores de serviços a uma população vítima dessa situação? Uma sociedade voltada para o consumo, que incentiva o prazer imediato e ilusório e o individualismo. O que temos a dizer sobre os efeitos perversos disso para a subjetividade? Como contribuição a essas reflexões, trazemos uma opinião sobre a Reforma Política; temas como a saúde suplementar e a atuação multiprofissional, para a análise da atuação do psicólogo na saúde; notícias sobre experiências em torno da proposta de uma economia solidária; reflexões sobre a publicidade para crianças. São referências possíveis, um norte para um navegar difícil.

Na direção de ampliar conquistas, sabemos que a persistência na defesa do "barco" é fundamental para seguir adiante. Não basta termos na legislação a afirmação de direitos. É preciso fazer cumpri-

los. Em relação ao ECA, falamos disso em outras ocasiões, os desafios continuam. Saber que são desafios semelhantes aos de nossos irmão latino-americanos deve nos fortalecer para perseverar. "Direitos, a gente conquista".

De nossa parte, como Conselho, temos outros desafios concretos. O novo Código de Ética, em vigor desde o dia 27 de agosto, deve ser divulgado, debatido. A sociedade deve conhecer nosso compromisso, como categoria, de um exercício profissional qualificado e ético. Devemos seguir ampliando a participação da Psicologia, como profissão, na resposta às urgências da sociedade brasileira. É com vistas ao cumprimento deste objetivo que lançamos o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas. Devemos trabalhar na construção e divulgação deste projeto que se coloca como possibilidade de resposta concreta da Psicologia frente à necessidade de avançarmos nas transformações comprometidas com um mundo melhor. Assim, encerrado o Banco Social de Serviços, apresentamos aos psicólogos e a toda sociedade, nossas propostas para ampliar o campo de atuação da Psicologia, por meio da participação na formulação e execução de políticas públicas que atendam os direitos sociais.

Parece muita coisa para fazer, para pensar, para enfrentar. Não é. Navegar é preciso, porque viver é preciso! Contamos com você, psicólogo, nessa travessia.



Recursos Humanos

✦ Sou psicóloga atuante na área de RH, leitora do jornal PSI, por ser um jornal que trabalha incisivamente na discussão de projetos de cunho social e hoje estamos aqui na instituição trabalhando num projeto relacionado a Menores Aprendizizes, gostaria de saber se vcs já divulgaram especificamente alguma matéria relacionada ao trabalho infantil no Brasil e ou leis relacionadas ao menor aprendiz.

Renata S Piovani

Agrademos o contato. Não produzimos ainda matérias sobre o assunto. Mas o tema é interessante e será colocado para avaliação pela plenária do CRP SP.

Comissão de Comunicação

Resoluções do CFP ainda são pouco abordadas na formação profissional

Mas as universidades e alunos despertam para a importância do conhecimento e da discussão a respeito das resoluções que pautam a conduta profissional

As resoluções do Conselho Federal de Psicologia, referências que contribuem para normatizar a conduta ética do profissional e colaborar com orientações nos aspectos técnicos no exercício da profissão, ainda são uma caixa preta para os alunos dos cursos de Psicologia e para os recém-formados. Seria natural que o psicólogo em formação já estivesse, dentro das universidades, em contato com elas. Mas a realidade não é bem essa.

Importantes resoluções, que atualizam constantemente a demanda e o cotidiano dos psicólogos, nem sempre são conhecidas. O resultado é que, menos por má-fé e mais por ignorância, algumas normas são desrespeitadas. O que se percebe nas universidades e faculdades de Psicologia é que a resolução mais citada pelos alunos é a que define o Código de Ética Profissional.

Isso porque os estudantes entram em contato com o Código de Ética por meio das aulas específicas sobre o tema. As demais resoluções permanecem em segundo plano e só são abordadas quando surge alguma questão polêmica, como é o caso das práticas não reconhecidas cientificamente, os atendimentos pela internet, os testes psicológicos ou sobre homossexualidade. Mesmo assim, as discussões muitas vezes se limitam a um evento específico, sem maior continuidade dentro da vida acadêmica. André Mascioli Cravo, aluno do último ano de Psicologia de uma universidade pública reconhecida, afirma que não teve contato, durante o curso, com as resoluções do CFP. “Mesmo estando mais voltado para a área de pesquisa, acho que seria importante conhecer melhor as resoluções. Mas apenas durante alguns eventos específicos é que esses assuntos são abordados”, queixa-se.

Algumas faculdades de Psicologia demonstram que estão, aos poucos, despertando para a necessidade de introduzir essas temáticas dentro da sala de aula. O coordenador do curso de uma faculdade particular da cidade de São Paulo, Ricardo Ferreira, explica que durante a Semana de Psicologia as resoluções do CFP são amplamente debatidas. “Além das discussões realizadas durante o evento, os alunos recebem orientações nas aulas de ética, principalmente sobre o Código. Mas ainda não existe, junto aos professores, uma orientação sistemática para que levem as resoluções para suas aulas”, explica. Ricardo afirma que essa é uma idéia, ainda, a ser colocada em prática. “Estamos estudando a possibilidade de inclusão nas disciplinas dos assuntos relacionados às resoluções de forma mais sistematizada, assim como já são tratados assuntos como respeito às diferenças e inclusão social”, diz.

O psicólogo Ricardo Mendes Mattos, que se formou no primeiro semestre de 2005 nessa mesma faculdade, confirma que durante o curso as resoluções eram abordadas de ma-

neira emergencial. “Tivemos acesso, por exemplo, às resoluções sobre os testes psicológicos, já que era um assunto muito questionado pelos alunos que estavam estagiando e, portanto, deparando-se com a questão. Assim, todo o material do CFP era analisado de maneira mais contundente devido à necessidade dos próprios profissionais em formação”, revela.

Ao não abordarem essas questões, o aluno e o recém-formado são impedidos de conhecer melhor o funcionamento dos próprios conselhos de classe. “Certamente, seria uma grande vantagem se a faculdade oferecesse de forma sistemática um espaço para abordagem do tema, até mesmo para que o profissional em formação saiba que ele conta com um conselho do qual pode participar e pode discutir sobre os diversos direcionamentos apresentados às questões pertinentes à prática profissional”, afirma Ricardo.

Seguindo essa linha, a professora de Psicologia de uma renomada faculdade paulista, Kátia El-Id, lembra que o conhecimento das resoluções e mesmo das discussões que ocorrem tanto nos Conselhos Regionais quanto no Conselho Federal de Psicologia contribuem para que o aluno realize reflexões críticas sobre os temas, compreendendo as dimensões técnicas, éticas e políticas que as envolvem. “Aqui na faculdade, tanto as resoluções como as questões em debate nos CRPs são introduzidas pelos professores nas várias disciplinas, na medida em que o assunto em pauta se articula com o conteúdo que está sendo abordado em aula. Além dessas inclusões pontuais, as resoluções se integram com o conteúdo programático das disciplinas”, descreve.

Nas aulas de ética profissional, por exemplo, além do Código de Ética, os alunos são oficialmente apresentados ao Sistema Conselhos e orientados sobre a importância de ter o registro profissional. “Na aula de Ética, são apresentadas as resoluções, principalmente aquelas que vão atravessar a atuação profissional. Para isso, usamos como material de apoio um caderno do próprio conselho que contém as resoluções”, diz Kátia. No Núcleo de Diagnóstico Psicológico da faculdade, o Manual para Elaboração de Documentos de Avaliações Psicológicas é parte integrante do programa. Antecedendo o término do curso, os alunos recebem uma orientação específica na qual são retomadas as questões de normatizações e procedimentos para obtenção do registro profissional. “Muitos psicólogos consideram que, por atuar em outras especialidades que não a clínica, não precisam do registro no CRP. Daí a importância da orientação aos formandos para que eles conheçam a necessidade do registro para o exercício legal da profissão”, esclarece.



“Tanto as resoluções como as questões em debate nos CRPs são introduzidas pelos professores nas várias disciplinas, na medida em que o assunto em pauta se articula com o conteúdo que está sendo abordado em aula. Além dessas inclusões pontuais, as resoluções se integram com o conteúdo programático das disciplinas”

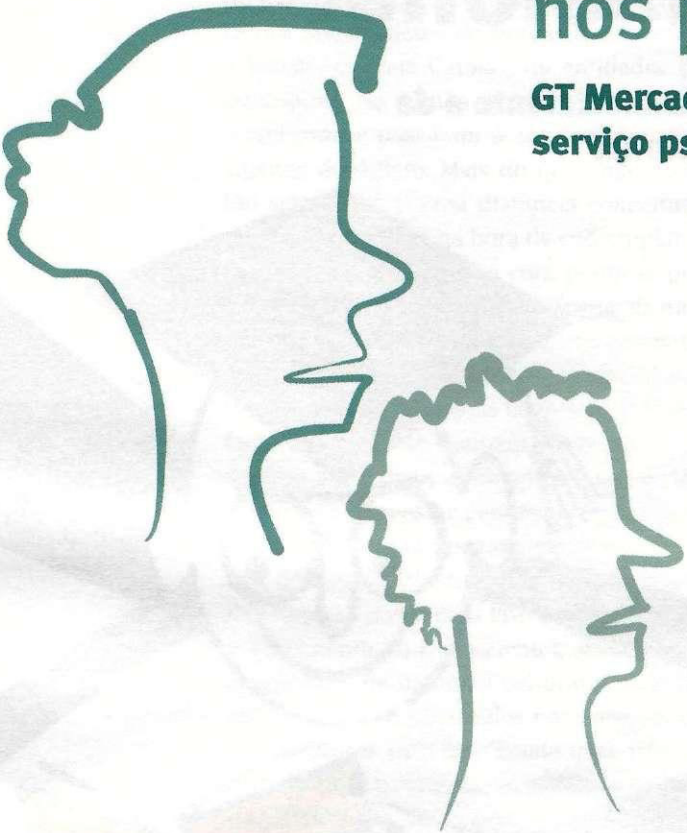
Kátia El-Id

Além das resoluções que regulamentam e normatizam a prática do psicólogo, é importante que tanto os alunos como os profissionais estejam permanentemente atualizados sobre outras legislações, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor, Código Civil, entre outros. Esse conhecimento pode contribuir na orientação dos pacientes, além de servir como importante instrumento de orientação para a prática profissional.

Todas as resoluções, incluindo o novo Código de Ética e algumas legislações federais, podem ser acessadas no site do CRP SP (www.crp.org.br), dentro do link Orientação ou no site do CFP www.pol.org.br.

Pesquisa mostra quadro da inserção dos psicólogos nos planos de saúde suplementar

GT Mercado de Trabalho identificou, que nessa esfera de atendimento, o serviço psicológico ainda está atrelado ao encaminhamento médico



O Conselho Regional de Psicologia, em parceria com o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, montou no ano passado um Grupo de Trabalho para responder a uma demanda que chega com frequência à Comissão de Orientação e Fiscalização do CRP SP referente à inserção do psicólogo nos planos de saúde suplementar. Do GT Mercado de Trabalho surgiu a ideia de se realizar uma pesquisa sobre o assunto. O levantamento revelou que os psicólogos estão insatisfeitos com as exigências das operadoras de saúde, assim como os usuários, impedidos muitas vezes pelos seus planos de ter acesso a esses serviços.

A pesquisa, concluída em dezembro de 2004, mostrou que 70% das empresas de saúde complementar não disponibilizavam psicólogos em sua lista de credenciados. O levantamento ouviu 120 operadoras de planos de saúde com sede no Estado de São Paulo. As empresas consultadas eram de natureza diversa: medicina de grupo, cooperativa médica, autogestão, instituição filantrópica, seguradora especializada em saúde e administradora. Dados da Agência Nacional de Saúde (agosto/2004) revelavam que o setor reunia 2.202 operadoras, que atendiam mais de 37 milhões de pessoas no país.

A pesquisa apontou que questões como o alto custo e a indeterminação do prazo para o fim do tratamento eram os argumentos que as operadoras usavam como fatores inibidores para a inclusão do atendimento psicológico em seu leque de serviços. Para alargar essa lacuna, as empresas também se valiam do conceito, segundo o qual problemas emocionais não eram considerados patologias. E elas se sentiam respaldadas pela Agência Nacional de Saúde que se omitia em relação a essa ma-

téria e não obrigava as operadoras a oferecer em seus planos atendimentos psicológicos

Segundo o GT Mercado de Trabalho, coordenado pela psicóloga e ex-conselheira do CRP SP, Mariângela Aoki, a cobertura dos planos limitava-se ao que se refere apenas aos “transtornos psiquiátricos” previstos pelo CID-10 (Código Internacional de Doença). Ela diz que há, no entanto, operadoras que consideravam que os problemas psicológicos fazem, sim, parte das questões de saúde do indivíduo, e ofereciam serviços de Psicologia em seus planos. Mas o faziam com restrições. A maioria exigia que o encaminhamento fosse feito por um médico e estabelecia parâmetros para o trabalho do psicólogo, ferindo sua autonomia - tal procedimento segue, na verdade, os princípios do Ato Médico, projeto de lei que subordina o conhecimento psicológico à avaliação médica. Segundo Mariângela Aoki, tanto a ANS quanto as operadoras ainda possuem uma concepção de saúde focalizada na doença e centralizada nos tratamentos prescritos pelos médicos.

Mas ela adianta que o Sistema Único de Saúde (SUS) está quebrando esse paradigma, ao trabalhar com uma concepção de saúde integral, em sua dimensão biológica, social e psicológica e de integralidade da assistência, com enfoque interdisciplinar. “O SUS está aos poucos promovendo uma visão diferenciada, com ênfase nas ações de promoção da saúde e prevenção de agravos e doenças, diferentemente do que acontece no universo da saúde suplementar”, anima-se.

Em torno dos dados obtidos pela pesquisa, o GT Mercado de Trabalho sugeriu uma série de ações visando ampliar o debate e discutir as possíveis mudanças junto aos psicólogos, às operadoras e ao próprio Ministério da Saúde. Uma das propostas prevê a realização de gestões junto às operadoras, por meio das entidades que representam a classe, para que elas conheçam a contribuição da Psicologia para o setor. Essa atuação seria também estendida junto aos representantes do Ministério da Saúde e da ANS, para que se discuta uma alteração na lógica assistencial dos planos de saúde.

Para o presidente do Sindicato dos Psicólogos, Luis Carlos de Araújo Lima, a obrigatoriedade do oferecimento dos serviços é fundamental para a categoria. “Nossa luta é para que haja uma ampliação na cobertu-

ra, que trará benefícios tanto para a população, que terá acesso a um atendimento mais adequado e de forma integral, quanto para os próprios psicólogos, que ampliarão suas possibilidades de atuação”, diz.

Para o GT Mercado de Trabalho, apenas a obrigatoriedade do oferecimento dos serviços psicológicos não é suficiente para que os tratamentos se voltem para o indivíduo, suas necessidades, seu contexto e para a prevenção de doenças, proporcionando atenção integral àqueles que recorrem à saúde suplementar.

Mariângela ressalta que a conscientização por parte da população consumidora de saúde suplementar também é essencial para que ocorram mudanças no setor. “O envolvimento de outras entidades na discussão terá grande importância. Além do Sindicato dos Psicólogos, faremos gestões junto a outros setores, já que a pesquisa apontou que 80% dos planos são coletivos, ou seja, estão ligados a uma determinada categoria profissional”, explica.

Segundo Rejane Cavalcanti, responsável pela matéria no Conselho Federal de Psicologia, a Agência Nacional de Saúde, responsável pela regulação do setor, deverá também ser articulada para discutir a normatização de funcionamento dos planos de saúde seja nos parâmetros de atendimento nos casos de sofrimento psíquico - atualmente a Resolução 011-98 da ANS que reflete o modelo hospitalocêntrico contrário à lei da Reforma Psiquiátrica, como também na inclusão de atendimento psicológico. “Sabemos que é um assunto complexo que exige negociação e deve envolver mais parceiros como a ABRAP (Associação Brasileira de Psicoterapia), por exemplo”, sugere. “Aqui no CFP, o Grupo da Saúde que trata a pauta da saúde pre-

“O SUS está aos poucos promovendo uma visão diferenciada com ênfase nas ações de promoção da saúde e prevenção de doenças, diferentemente do que está acontecendo no universo da saúde suplementar”

Mariângela Aoki

tende apoiar as iniciativas dos Regionais, catalisando as demandas de todos os regionais a fim de tratar a questão e reiterar a importância do trabalho do psicólogo para a saúde da sociedade”, diz ela.

A articulação dos Conselhos de Psicologia, dos sindicatos e de outras entidades, sob a coordenação do Conselho Federal de Psicologia, pode ser o início de uma mudança de cultura em favor de mudanças na política nacional, com a finalidade de reverter o atual modelo assistencial, proporcionando um atendimento de forma ampla e multidisciplinar à população. Para a presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ana Bock, essa é uma bandeira da categoria. “Os psicólogos têm hoje um projeto para a profissão: queremos ampliar nosso compromisso de acordo com as necessidades da sociedade e termos os nossos serviços ao alcance de quem dele precisar. Lutar por mudanças nos planos de saúde é hoje uma tarefa que não pode esperar”, afirma.

O GT também apresentou propostas de realização de debates entre os profissionais para que repensem o modelo assistencial e as questões técnicas e éticas nas suas relações com o paciente e com as operadoras de planos de saúde.

A questão será debatida em seminário a ser realizado em outubro (veja box ao lado). ●

Seminário “Psicólogos na Saúde Suplementar”

Programação

27 de outubro de 2005, quinta-feira	
19h30	Abertura
20h00 às 22h00	Atuação da Agência Nacional de Saúde/ANS Pesquisa – Inserção do psicólogo no setor de saúde suplementar
28 de outubro de 2005, sexta-feira	
8h30	Tema 1: Interface entre a saúde pública e a saúde suplementar - Direito à saúde - Pesquisa: público e privado na saúde - Financiamento dos planos de saúde
10h30	Tema 2: Concepção de saúde e doença: re-visão crítica - Modelos tecnoassistenciais em saúde - Transtornos Mentais – construindo uma rede de cuidados - Psicólogo na saúde suplementar
12h00 às 14h00	Almoço
14h00 às 15h30	Tema 3: Construindo referências – atuação do psicólogo nos planos de saúde - Ética do exercício profissional - Psicoterapia - Relações de trabalho
15h30	Encaminhamentos e encerramento

Local: Conselho Regional de Psicologia
Endereço: Rua Arruda Alvim, 89
Público alvo: psicólogos
Vagas: 120 pessoas
Informações: (11) 3061-9494 ramal 151
E-mail: infoeventos@crpsp.org.br



Pesquisa: GT mercado de trabalho sobre saúde suplementar

Alegações das operadoras para não oferecer o atendimento psicológico

43% não exigência da ANS para o oferecimento desse serviço

37% alto custo do tratamento

14% tempo do tratamento - longo e com prazo indeterminado

18% não consideram os problemas emocionais como “patologia”

Alegações das operadoras para oferecer o atendimento psicológico

50% consideram transtornos emocionais como componentes da saúde

39% o serviço é um atrativo junto aos consumidores

20% atendem solicitação por parte dos associados

Vínculo de trabalho

57% das operadoras credenciam o psicólogo

31% contratam o profissional, às vezes como pessoa jurídica

Exigências para a admissão do profissional pelas operadoras*

92% diploma do psicólogo

67% currículo

67% título/certificado de especialização de outras entidades

44% inscrição no CRP

Parâmetros de contratação do atendimento psicológico

68% das operadoras definem a duração das sessões

25% deixam a critério do profissional

Obs: a duração da sessão do psicólogo varia, de maneira geral, entre 30 a 60 minutos

67% limitam as sessões semanais

13% subordina o número de sessões ao relatório médico que encaminha o caso ao psicólogo

Obs: em apenas 13% dos casos, o critério para o limite de duração do tratamento é do psicólogo; e para 90% dos planos de saúde pesquisados não estipulam limites.

Remuneração

De R\$ 12,00 (mínimo verificado) e R\$ 40,00 (máximo encontrado), sendo que a maior concentração observada foi a da faixa de R\$ 20,00 a R\$ 30,00.

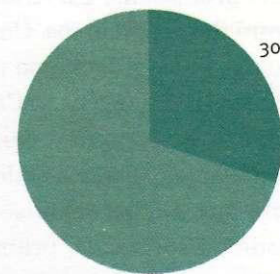
Exigências para a permissão do atendimento

75% dos planos exigem encaminhamento médico

* o profissional deve obrigatoriamente ser inscrito no CRP

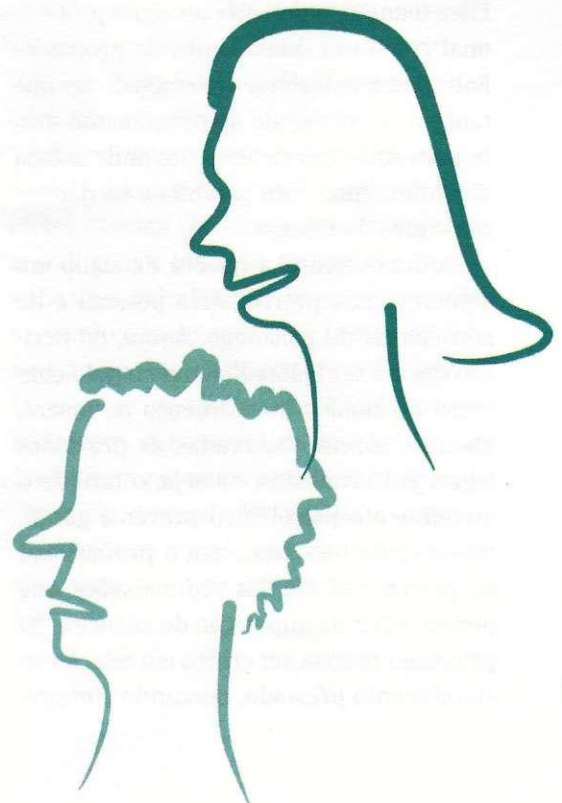
REALIZAÇÃO: SENSO COLETA DE DADOS | DATA DA CONCLUSÃO: DEZEMBRO DE 2004 | AMOSTRAGEM: 120 DAS 516 EMPRESAS COM SEDE EM SÃO PAULO | DADOS GERAIS: 2.202 OPERADORAS DE SAÚDE ATENDEM MAIS DE 37 MILHÕES DE PESSOAS NO PAÍS (dados da Agência Nacional de Saúde de 2004)

Atendimento psicológico



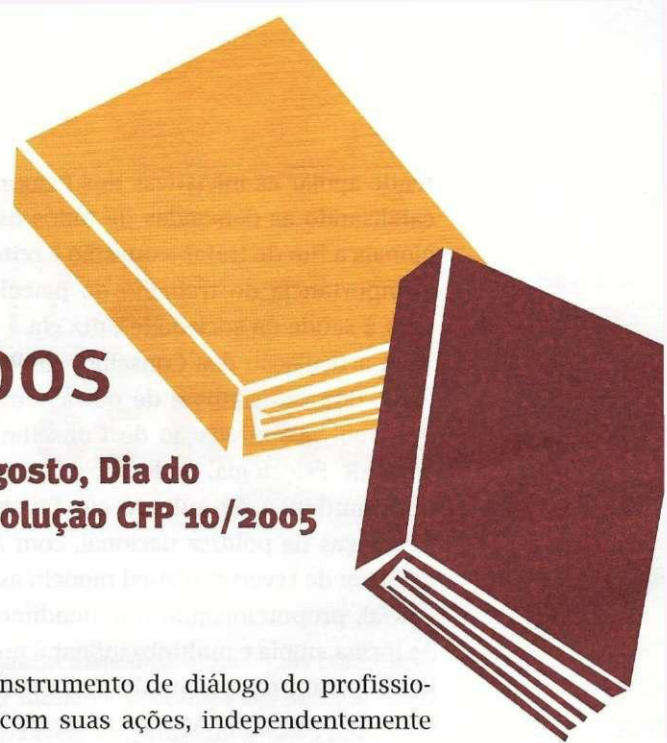
70% das operadoras não trabalham com plano de saúde que ofereça esse serviço

Obs: a oferta maior do serviço de Psicologia ocorre nas seguradoras especializadas em saúde (50%), nas operadoras classificadas como autogestão (46%) e nas administradoras de planos (44%).



Novo código para novos tempos

Após vários debates, fóruns e discussões, entrou em vigor no dia 27 de agosto, Dia do Psicólogo, o Código de Ética Profissional do Psicólogo, aprovado pela Resolução CFP 10/2005



Foram mais de dois anos de intensos debates nos encontros e Fóruns Regionais e Nacional organizados pelo Sistema Conselhos em todo país. Muitas propostas e sugestões foram apresentadas e depois analisadas antes de se chegar a um texto acurado que traduzisse não só as mudanças pelas quais a Psicologia vem passando, mas também o retrato do Brasil atual que avançou no campo dos direitos humanos. Para se construir um documento que contextualizasse a realidade social do país e os novos conhecimentos adquiridos como ciência foi necessário receber a contribuição, de maneira democrática, de parcela significativa dos profissionais da Psicologia. A extensa agenda de discussões e o engajamento dos psicólogos foram proporcionais ao grau de importância que o Código de Ética Profissional dos Psicólogos representa para a categoria.

Patrícia Garcia, presidente da Comissão de Ética do CRP SP, explica que os conceitos introduzidos no novo Código procuraram atualizar as referências profissionais em relação aos avanços da sociedade brasileira e aos desafios da profissão. O novo Código considera o papel da tecnologia no uso profissional e a tendência para o aumento desses recursos. Um dos exemplos é o uso da internet como mediadora dos serviços psicológicos. O Código aborda a matéria de maneira a permitir discussões constantes a respeito de sua utilização para que a ferramenta se adeque à realidade da sociedade, primando pela garantia de sua qualidade, sempre com a devida preocupação com relação à oferta de serviços.

A questão do sigilo também ganhou uma discussão. Seus princípios foram exaustivamente revistos para que o sigilo profissional não fosse corrompido em seu uso de maneira a ferir os direitos humanos individuais e coletivos. O novo Código de Ética mantém a garantia do sigilo profissional como um fundamento da profissão. Entretanto, apresenta um respaldo no que tange a possibilidade de rompimento deste para situações de exceção, onde existia o conflito entre esta garantia e os demais princípios do Código.

Anteriormente, a quebra de sigilo era somente uma prerrogativa pessoal e de consciência do psicólogo. Agora, tal decisão deverá ser balizada também pelo contexto no qual o atendimento se insere, além de serem observadas as previsões legais já formuladas, ou seja, o fato de o atendimento psicológico prever a garantia do sigilo não desobriga o profissional de pensar nas amplas repercussões que podem advir da imposição do silêncio. “O psicólogo precisa ser crítico em relação ao atendimento prestado, buscando compre-

ender as repercussões de sua intervenção tanto no âmbito individual quanto coletivo. Antes, o parâmetro para decidir suas ações, no que diz respeito à manutenção ou a quebra do sigilo, era apenas sua própria consciência, mas agora ele deve levar em consideração, no processo de formação de seu julgamento, as partes que compõem a situação conflitante e as legislações nas quais toda a sociedade está submetida”, diz Patrícia. Ela menciona as legislações como o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, etc.

Patrícia explica ainda que o Código não traz mais em seus conteúdos características profissionais específicas, mas observa o grande leque de possibilidades de locais e circunstâncias nas quais os profissionais podem atuar. “São apresentadas diretrizes de práticas passíveis de ocorrer em diversos contextos, fazendo com que ele sirva

de instrumento de diálogo do profissional com suas ações, independentemente do seu campo de atuação”, explica ela.

Outra novidade do Código é que as formas de trabalhar as questões referentes ao preconceito e às discriminações foram colocadas de maneira explícita e abrangente. Além de serem proibidas ao profissional as práticas discriminatórias em qualquer circunstância, cabe a ele também utilizar seu conhecimento no combate a atitudes preconceituosas nos contextos em que estiver realizando seu trabalho. Nesse sentido, além de exercer eticamente sua profissão, os psicólogos também estarão agindo de acordo com o Código Civil, que classifica como crime a discriminação e o preconceito, sejam eles motivados por ordem sexual, racial, religiosa, ideológica ou qualquer outra razão.

Uma inovação significativa é que o novo código dá maior poder de deliberação ao

Código de Ética: evolução e adaptação aos novos tempos

O Código de Ética Profissional do Psicólogo é um instrumento de orientação profissional que teve sua primeira versão em 1979. Suas características não contemplavam as várias possibilidades de ação do psicólogo, sendo voltado eminentemente para prática clínica. Em 1987, entrou em vigor a segunda versão que, mesmo apresentando avanços, ainda não contemplava outras atuações dos profissionais, como a Psicologia Escolar, Empresarial, Hospitalar, entre outras. Além disso, após a Constituição Federal de 1988, uma nova revisão se fez ainda mais importante, já que avanços nos direitos humanos aconteciam e o Código não previa a inserção do psicólogo no novo contexto social.

Ana Lopes, secretária de Orientação e Ética do Conselho Federal de Psicologia, comenta que a Constituição trouxe o conceito da garantia não apenas dos direitos individuais, mas também dos direitos coletivos. “Havia uma prática profissional que podia ser descolada de todo contexto social, do direito das pessoas. Não era posto no Código, por exemplo, a postura que o profissional deveria adotar diante de uma situação irregular”, explica. “Além dessas questões, o antigo Código também era muito normativo, ou seja, seus conteúdos primavam por dizer o que o psicólogo podia ou não fazer, não estimulando uma concepção dos conceitos de ética de forma mais abrangente”, acrescenta. Em 2001, o Congresso Nacional de Psicologia (CNP) decidiu instalar o processo de revisão do Código. Seu início foi em 2003 com a realização dos Fóruns Regionais. Em seguida aconteceu o II Fórum Nacional de Ética.

Processo de Revisão

Após a realização desses fóruns, foi organizada uma minuta do Código. Esse documento foi avaliado por um grupo específico, constituído por profissionais de reconhecido saber, que trabalharam na organização de todo o material apresentado. Após a estruturação, os Conselhos Regionais voltaram a discutir as propostas, abrindo espaço para outras entidades e instituições, cujo trabalho se relacionava à prática psicológica, para que também participassem democraticamente de todo o processo.

As sugestões trazidas por cada região eram analisadas durante as Assembléias das Políticas Administrativas e Financeiras (APAF) que ocorreram durante o ano de 2004 e no primeiro semestre de 2005. Ana Lopes comenta que nessas Assembléias foram tomadas importantes decisões. “Foi na APAF que ficou decidida a constituição do grupo que analisou e discutiu o Código. Também lá foi acertado que, no percurso da organização da minuta, deveria ser aberta uma discussão sobre o sigilo profissional, para que a questão fosse bem trabalhada”, diz.

Após o fechamento do texto, em 2005, o Código foi submetido à avaliação do Tribunal de Ética da OAB, para que houvesse uma avaliação do seu conteúdo e principalmente das questões que envolviam termos jurídicos. Foram feitos pequenos ajustes e o parecer da entidade foi favorável.

psicólogo no exercício profissional, fugindo da idéia de código normativo, deontológico, em que o dever está claramente colocado. Outra característica é que ele é mais orgânico; ou seja, considera a prática como um todo, sem divisões temáticas.

Para Patrícia Garcia, "a estrutura do novo código exige que o profissional faça uma leitura geral e não fragmentada, buscando uma reflexão mais ampla sobre os conceitos apresentados e considerando, em sua prática, todos os pontos e princípios ali expostos". Dentro dessa característica, o Código contemplaria referências para práticas passíveis de ocorrer em diversos contextos, atuando como instrumento de diálogo do profissional com suas ações, não trazendo mais em seus conteúdos características profissionais específicas.

O novo Código de Ética foi entregue aos psicólogos na comemoração dos 43 anos da profissão. Porém, a discussão não foi encerrada. De acordo com Patrícia, para que a Psicologia cumpra com sua função de oferecer princípios que guiem a prática cotidiana dos profissionais e ser fonte de uma reflexão ética, o Código precisa ser dinâmico e se atualizar a cada dia por meio de debates, envolvendo a categoria assim como os estudantes, as diversas instituições e o cidadão comum. Só assim ele conseguirá acompanhar as mudanças da sociedade e contribuir para que a prática profissional possibilite uma melhoria da qualidade de vida para todos. ●

Penalizações

O Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, em cumprimento à decisão de 01 de abril de 2005, protocolada no Processo Ético CFP n.º 5158/04, faz divulgar e aplica a pena de CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL, a contar da data de 11/08/05, ao psicólogo

- Ter abusado sexualmente de cliente em pleno exercício profissional, centralizando os atendimentos em função de suas necessidades sexuais.
- Usar do lugar de psicoterapeuta e do saber psicológico para ratificar e sustentar conduta libidinosa.
- Induzir valores morais quando do exercício da profissão.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes princípios e artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo: Princípios Fundamentais I, III, VI e VII; Art. 1º, "a", "c" e "f"; Art. 2º, "e" e "n".

O Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, em cumprimento à decisão de 06 de maio de 2005 protocolada no Processo Ético CFP n.º 5656/04, faz divulgar e aplica a pena de SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (trinta) DIAS, a contar de 11/08/05, à psicóloga

- Conduzir trabalho psicológico destituído de métodos e objetivos, atuando sem enquadramento técnico em atendimento familiar.
- Divulgar informações obtidas durante atendimento psicológico.
- Extrapolar o limite da competência profissional, interferindo na vida pessoal do paciente transbordando para uma relação íntimo-pessoal.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo: Art. 1º "c"; Art. 2º, "n"; Art. 6º e Art. 21.

O Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região vem tornar pública, conforme CPD artigo 72 parágrafo 2º, a decisão acordada no Plenário n.º 1198 ocorrido em 15 de dezembro de 2004, protocolada no Processo Ético n.º 08/02, referente à psicóloga que determinou a penalidade de advertência por:

- Ter atuado de forma a comprometer as garantias de privacidade e sigilo referentes ao trabalho desenvolvido.
- Ter efetuado transações financeiras que extrapolam a relação terapêutica.

Foram violados, assim, os seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo e as referidas alíneas: Art. 1º, "c", "f", Art. 2º, "n", Art. 21º e Art. 24º.

Processos Éticos

Uso de Florais de Bach

A. foi procurar por atendimento psicológico em uma clínica. Enquanto aguardava na sala de espera, teve acesso a um jornal local que veiculava anúncio do psicólogo, onde oferecia os serviços da clínica, identificando-se como "Psicólogo - n.º do CRP - Terapeuta Floral/Florais de Bach". Além do anúncio, tinha sido publicado um artigo com informações sobre o tratamento com terapia floral, suas indicações e a promessa de cura após a utilização.

O Conselho Regional de Psicologia vê com preocupação situações como essa, uma vez que a utilização de Florais de Bach não é prática reconhecida como integrante do campo da Psicologia. Não há antecedentes de ingestão de substâncias de qualquer natureza fun-

damentadas por teorias psicológicas e o psicólogo que os receita está em desacordo com seu Código de Ética*:

Das responsabilidades gerais do Psicólogo Art. 1º São deveres fundamentais do Psicólogo:

c) prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficientes, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional.

Art. 38º É vedado ao Psicólogo:

d) propor atividades e recursos relativos a técnicas psicológicas que não estejam reconhecidas pela prática profissional.

No que se refere à propaganda e à atuação considerando os serviços psicológicos, deve-se levar em conta que o público leigo não possui informações para poder distinguir as teorias e práticas pertencentes ou não à ciência psicológica, podendo supor serem da mesma na-

tureza ao verificarem um anúncio de serviços psicológicos concomitante ao da utilização de Florais de Bach, ao serem estes indicados por um profissional na sua atuação enquanto Psicólogo ou serem ambos realizadas no mesmo espaço físico pelo profissional.

Adicionalmente, a menção à cura após a utilização sugere uma promessa de resultado, alimentando uma expectativa errônea no paciente, um desvio daquilo que é da competência profissional da Psicologia como forma de intervenção diante de situações problemáticas.

Da publicidade profissional

Art. 38º É vedado ao Psicólogo:

c) fazer previsão taxativa de resultados; i) divulgar serviços de forma inadequada, quer pelo meio utilizado, quer pelos conteúdos falsos, sensacionalistas, ou que firam os sentimentos da população.

A situação relatada nos conduz à reflexão sobre "o agir responsável" do profissional. Qualquer intervenção proposta e realizada por um profissional psicólogo que deve ter como parâmetro a ciência psicológica. Não é de competência deste profissional utilizar, como recurso interventivo, a prescrição de medicamentos. É parte da responsabilidade do psicólogo trabalhar dentro dos limites da profissão.

*Resolução CFP N.º 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005.

(Artigos da Resolução CFP N.º 010/2005 - Código de Ética vigente a partir de 27/08/2005 relacionados ao tema exposto: Art. 1º, "c", Art. 2º, "f", Art. 20, "c", "e" e "h").



Aprendendo e ensinando

A atuação do psicólogo dentro das escolas contribui para a construção de uma nova realidade educacional

A intervenção do psicólogo na área da Educação é um tema que ganha destaque na medida em que se amplia o acesso à escola para as classes populares, para as pessoas com necessidades educativas especiais, enfim, para um conjunto da população até bem recentemente excluído do processo educativo. Essa intervenção implicaria no rompimento com velhas concepções pedagógicas, segundo as quais, o conhecimento se dá através do processo de transmissão, em que ensino e aprendizagem são vistos como processos independentes: o primeiro como tarefa do professor, o segundo como função apenas das condições do aluno. Essas concepções transitaram soberanas pela maior parte do século XX, gerando crenças e práticas profissionais, hoje, muito contestadas. Exemplo: se o aluno não aprende, é considerado problemático, pois a aprendizagem depende apenas de fatores intrínsecos ao sujeito.

De acordo com Sérgio Antonio da Silva Leite, doutor em Psicologia e professor na Faculdade de Educação da Unicamp, a superação desses velhos conceitos e práticas é também condição para a construção de uma escola democrática, marcada pela inclusão. Para ele, essa escola sonhada caracteriza-se pelo direito ao ingresso e permanência do aluno, pelo seu direito ao acesso ao conhecimento considerado fundamental para a constituição do cidadão e pela organização coletiva. Mas deve se centrar em novas referências teóricas, como o pressuposto de que os processos de ensino e aprendizagem são interdependentes.

Segundo Sérgio Leite, tradicionalmente, é possível identificar, na atuação do psicólogo na escola, um atendimento circunscrito aos alunos que não se enquadram nos parâmetros determinados, tentando adaptá-los às condições escolares através da intervenção nos processos internos do sujeito. Entretanto, sabe-se, hoje, diz Sérgio Leite, que os processos de aquisição e produção de conhecimento são muito mais complexos, envolvendo as mais diversas formas de relação entre o sujeito (no caso, o aluno) e o objeto do conhecimento (no caso, os conteúdos escolares).

Sérgio Leite explica que essas relações são mediadas por diversos agentes culturais, desde o início da vida, através dos pais, familiares, amigos, etc. Na sala de aula, a mediação entre aluno e conhecimento é exercida por diferentes "atores", dos quais, o principal, sem dúvida, é o professor. Cabe a ele, através do seu planejamento pedagógico, criar as condições concretas que possibilitem ao aluno a produção e o acesso ao conhecimento.

Sérgio Leite diz que a Psicologia, enquanto campo teórico, tem produzido um

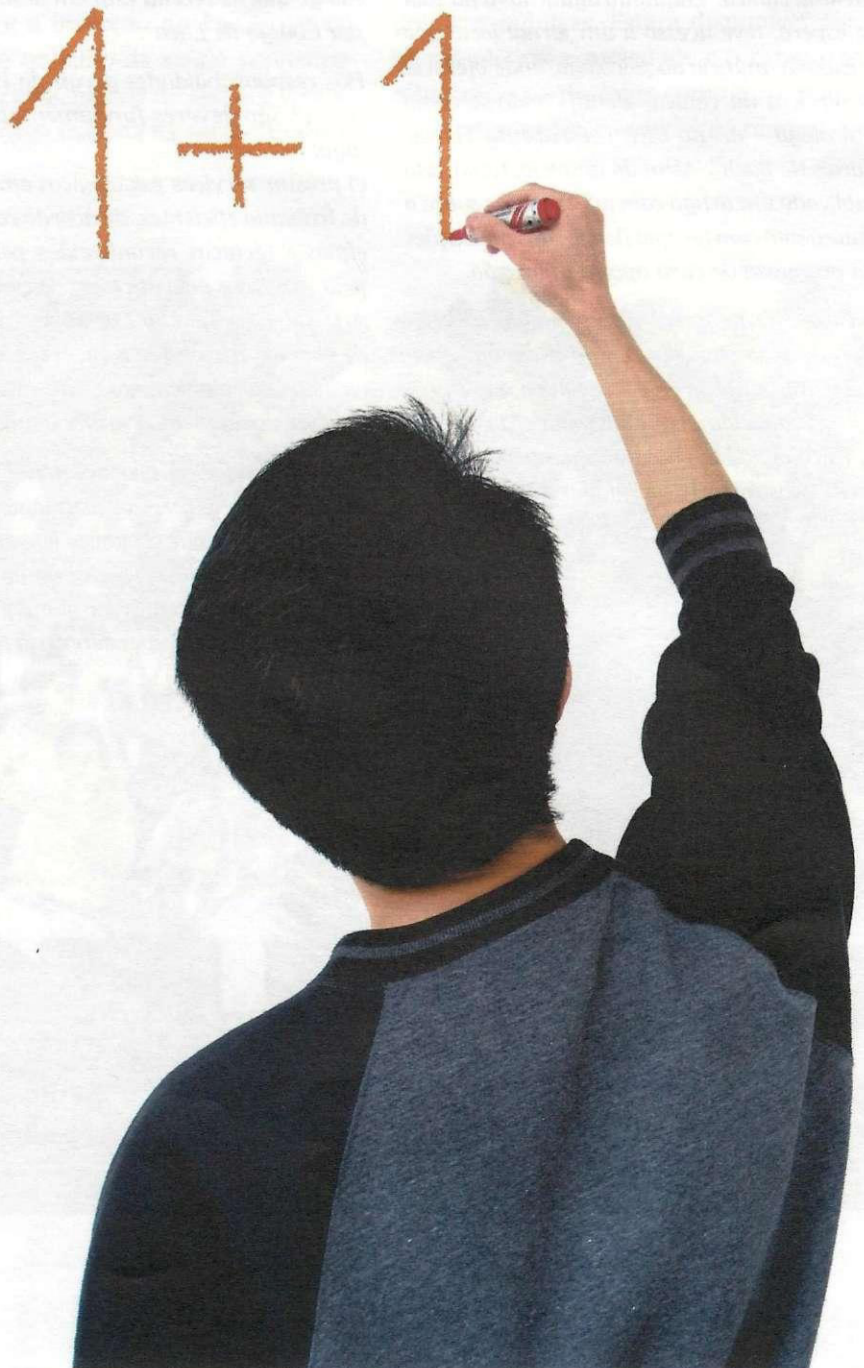
conhecimento inestimável, que pode iluminar o trabalho de mediação pedagógica do professor e defende que este deveria ser o principal eixo da ação do psicólogo na escola: possibilitar ao professor acesso a esse conhecimento, visando ao sucesso do processo de ensino e aprendizagem. "A Psicologia pode contribuir com modernas teorias sobre os processos de desenvolvimento humano e aprendizagem, como apontam recentes pesquisas na área", afirma.

Esse novo contexto implicaria na quebra de velhos paradigmas a favor de novas concepções mais coerentes com a construção de uma escola inclusiva. Todos teriam condições de aprendizagem, a qual seria, em grande parte, determinada pelas condições de mediação pedagógica. Algumas crianças teriam o direito a um acompanhamento mais individual, etc. "A Psicologia pode ser extremamente importante para a democratização do ensino, já que suas teorias auxiliam os educadores na elaboração, construção e compreensão das mudanças de concepção a respeito da aprendizagem", explica o professor da UNICAMP.

Essa atuação, entretanto, não significa que o psicólogo deixará de atender os alu-

nos individualmente. "Os profissionais continuarão prestando esse serviço a crianças que realmente necessitam. Entretanto, estudos com alunos de primeira série demonstram que essa parcela, incluindo os portadores de deficiências físicas, não chega a 5%", exemplifica Sérgio.

Além de contribuir na dimensão do conhecimento a respeito dos processos de aquisição de conhecimento, os psicólogos também podem colaborar muito com questões relacionadas ao cotidiano dos professores. A coordenadora da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e profa. dra. do Instituto de Psicologia da USP, Marilene Proença, lembra que o trabalho do psicólogo subsidia os educadores ao propor espaços coletivos em que seja possível discutir questões enfrentadas no dia-a-dia escolar, no que se refere à organização das classes, à indisciplina, às relações de poder que se estabelecem entre professores e alunos, na diversidade de perspectivas e de expectativas em relação ao processo e ao projeto educativo. "São inúmeras as situações que ocorrem dentro de uma sala de aula e que são melhor compreendidas se há um trabalho conjunto e participativo entre pro-



“São inúmeras as situações que ocorrem dentro de uma sala de aula e que são revertidas se houver a interface entre professores e psicólogos. Acredito que o psicólogo tem como assumir o papel de interlocutor qualificado, contribuindo com os educadores para que avancem em sua prática, compreendendo as atitudes e superando as dificuldades”

Marilene Proença Rebello de Souza

fessores e psicólogos. Acredito que o psicólogo tem como assumir o papel de interlocutor qualificado, contribuindo com educadores para que avancem em sua prática, compreendendo determinadas atitudes e superando as inúmeras dificuldades vividas no campo educacional”, afirma.

Segundo ela, para tanto, o psicólogo não deveria estar vinculado administrativamente à instituição de ensino em que presta serviços. “O profissional deveria estar, preferencialmente, fazendo parte de equipe técnica da Secretaria de Educação, prestando assessoria e acompanhando determinadas instituições e projetos educacionais. Dessa forma, preservaria certa autonomia na atuação junto aos professores, funcionários e demais gestores escolares”, acredita.

A professora Marilene Proença considera que a discussão a respeito das finalidades do trabalho do psicólogo no campo educacional, suas práticas e perspectivas devem ser objeto de discussão e aprofundamento constantes, “sob pena de perdermos a especificidade do campo da Psicologia”. Atualmente, em vários municípios, há psicólogos atuando no campo educacional, buscando formas de inserção consequentes no plano de políticas públicas em educação. Existem também algumas iniciativas do poder público, como o projeto de lei 837/2003 de autoria do Deputado

Federal Durval Orlato, que propõe a atuação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas em todo o Ensino Básico.

A ampliação da atuação do psicólogo no campo educativo tem sido uma importante tendência nos últimos dez anos. Ao ampliar seu campo de atuação, vê-se o psicólogo trabalhando nas áreas da Criança e do Adolescente, atuando com projetos de inclusão social, planejamento de ações comunitárias e sociais, de ação junto a jovens em liberdade assistida, em programas na área do idoso, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e DST/AIDs, no campo de programas governamentais e não-governamentais de formação de educadores, nos órgãos de controle social, fóruns estaduais e nacional, dentre outros. Segundo Marilene, pôde-se constatar a presença da ampliação da atuação da Psicologia na interface com a Educação, na I Mostra Nacional de Práticas em Psicologia - Psicologia e Compromisso Social (2000) e, em 2004, com a pesquisa encomendada pelo CFP ao IBOPE, na qual também se observou a ampliação das ações do psicólogo no campo educacional, incluindo a área de ensino em nível superior.

O assunto será debatido em novembro deste ano, quando o CRP SP realizará a I Mostra Estadual de Práticas de Psicologia em Educação e o IV Encontro de Psicólogos da Área de Educação (veja box abaixo). •

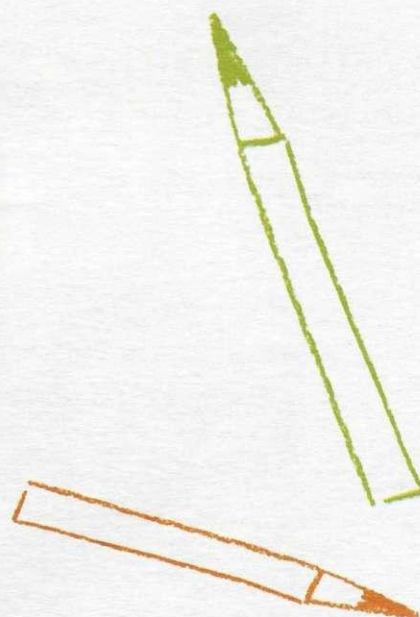
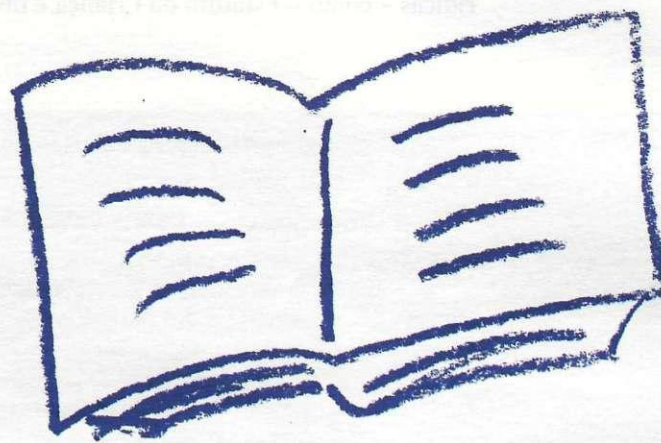
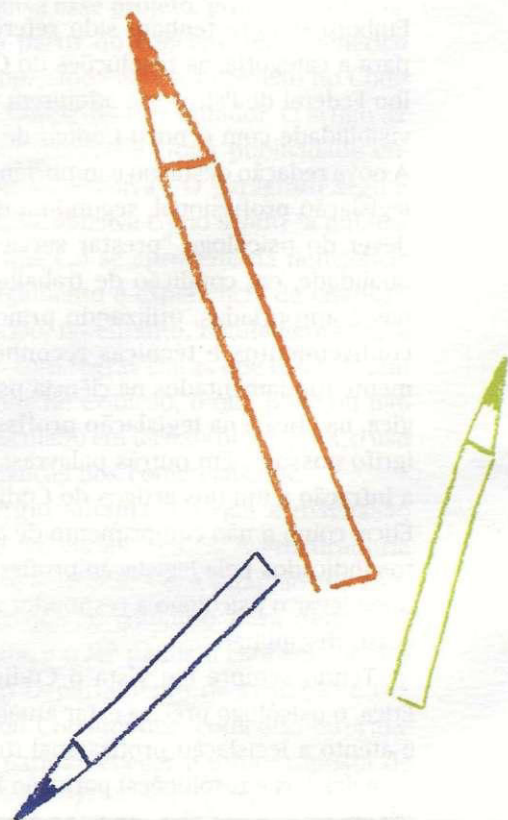
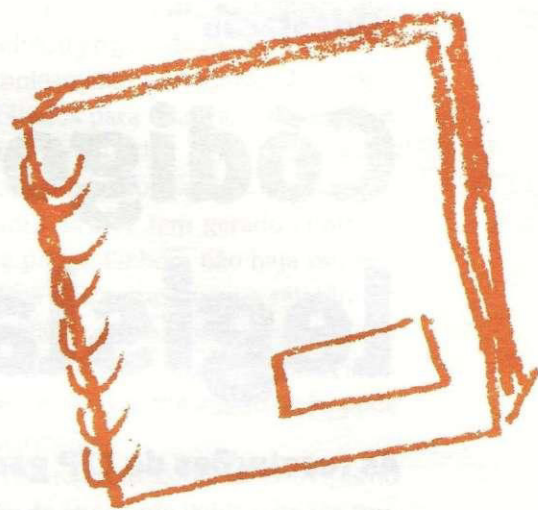
IV Encontro de Psicólogos da Área de Educação

Dando continuidade às discussões no âmbito da Psicologia Escolar/Educacional, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo promove, nos dias 4 e 5 de novembro, a I Mostra Estadual de Práticas de Psicologia em Educação e o IV Encontro de Psicólogos da Área de Educação. A proposta é realizar um amplo levantamento das práticas atualmente realizadas por psicólogos no Estado de São Paulo, que atuam no campo educacional/escolar. Além disso, o evento tem como objetivo aprofundar as discussões sobre a política educacional brasileira e paulista, qualificando o psicólogo para melhor compreender a complexidade do quadro educacional atual. Os eventos enfatizarão as dimensões de compromisso social e de educação inclusiva em busca de uma escola democrática.

Para se inscrever, basta acessar o site www.crpsp.org.br. Aqueles que quiserem inscrever seus trabalhos poderão fazê-lo na modalidade pôster, escolhendo um dos cinco eixos temáticos: Psicologia e Educação Inclusiva; Atuação do psicólogo em instituições educativas; Educação e saúde; Intervenção da Psicologia em órgão de controle social; e Direitos humanos e ensino de Psicologia. Os pôsteres deverão apresentar título, participantes, objetivos, descrição das atividades e avaliação dos resultados.

Também serão realizadas duas Mesas Redondas: “Políticas Públicas na área de Educação: análise crítica” e “Escola pública democrática: quadro político sobre educação no Brasil”. A estrutura do evento prevê a realização de debates, encaminhamentos de temas propositivos da política do CRP SP e discussão dos trabalhos apresentados. O evento é gratuito. Participam da Comissão Organizadora representantes de todas as subseções do interior de São Paulo. Contamos com a participação de todos!

*Informações: (11) 3061 9494 ramal 151 ou infoeventos@crpsp.org.br
Inscrições: www.crpsp.org.br*



Código de Ética destaca legislação profissional

As resoluções do CFP ganham maior destaque

Embora sempre tenham sido referências para a categoria, as resoluções do Conselho Federal de Psicologia adquirem maior visibilidade com o novo Código de Ética. A nova redação destacou a importância da legislação profissional, segundo a qual, é dever do psicólogo “prestar serviços de qualidade, em condição de trabalho dignas e apropriadas, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na **legislação profissional** (grifo nosso)”¹. Em outras palavras: tanto a infração a um dos artigos do Código de Ética, como o não cumprimento de aspectos indicados pela legislação profissional, pode levar o psicólogo a responder a processo disciplinar.

Tendo sempre em vista o Código de Ética, o psicólogo precisa estar atualizado e atento à legislação profissional (formada pelas leis e resoluções) para não incorrer em irregularidades. As leis referem-se a aspectos da profissão as quais foram indicadas pelas instâncias legais e oficiais. No conjunto de legislações, o psicólogo precisa ainda considerar outras peças jurídicas - como o Estatuto da Criança e do

Adolescente, o Estatuto do Idoso, o Código do Consumidor, etc. —, quando em exercício profissional. Já as resoluções são referências criadas pelo Conselho Federal de Psicologia. É preciso que se diga que o próprio Código de Ética teve que ser aprovado e publicado através de uma Resolução do CFP - nº 010/05.

O respeito às resoluções, em geral, é necessário. O novo Código de Ética — um documento formado por um conjunto de princípios norteadores para o exercício profissional traduzido em artigos e alíneas —, é o resultado de um longo e profundo debate o qual teve a participação da categoria. Nesse sentido, o Código indica a direção a ser seguida pelo profissional em seu exercício cotidiano, enquanto que as resoluções orientam e dão referências à maneira como deve ser exercida a profissão.

As resoluções foram criadas como respostas do Sistema Conselho a diferentes aspectos do exercício profissional que se apresentam como problemáticos ou polêmicos. A finalidade não é uniformizar as ações dos psicólogos com uma camisa de força, mas oferecer referências comuns para o fazer profissional de cada um. Se

bem compreendida, a legislação servirá como importante instrumento para a tomada de decisões cotidianas auxiliando o psicólogo a ter uma base mais qualificada para o seu trabalho e evitar que o seu exercício profissional venha a ser questionado.

Para facilitar a localização pelo psicólogo do conjunto das resoluções, foram criados alguns agrupamentos temáticos, apresentados no *box* da página 11. As indicações temáticas elencadas não têm o objetivo de esgotar o rol de legislação a ser considerado e respeitado, mas de fornecer referências à determinada área de atuação ou prática realizada no que diz respeito à legislação.

Ainda que as indicações temáticas sejam sugestões, o conhecimento e o respeito a toda a legislação profissional e ao Código de Ética caracterizam um dever do psicólogo quando em exercício profissional. Em matérias futuras, indicaremos alguns aspectos mais particulares relacionando o Código de Ética e as resoluções no exercício profissional cotidiano. ●

¹ Letra c - Art. 1 São deveres fundamentais dos psicólogos:

FIQUE LEGAL

1) Legislação relativa à inscrição profissional e outras providências.

- Resolução CFP N.º 001/1990 - Isenção de anuidade.
- Resolução CFP N.º 008/1998 - Disciplina o pagamento das contribuições dos psicólogos autuados pelos Conselhos Regionais de Administração.
- Resolução CFP N.º 015/2000 - Dispõe sobre inscrição nos Conselhos Regionais de Psicologia de egressos de cursos seqüenciais na área de Psicologia.
- Resolução CFP N.º 018/2000 - Consolidação das Resoluções do CFP.
- Resolução CFP N.º 005/2001 - Dispõe sobre a obrigatoriedade da atualização de endereço dos psicólogos junto aos Conselhos Regionais e pessoas jurídicas.
- Resolução CFP N.º 002/2002 - Institui e normatiza a inscrição dos Psicólogos estrangeiros e dá outras providências.
- Resolução CFP N.º 004/2002 - Altera a Resolução CFP N.º 018/2000, de 20 de dezembro de 2000 - Consolidação das Resoluções do CFP.
- Resolução CFP N.º 003/2003 - Altera a Resolução CFP N.º 018/2000, de 20 de dezembro de 2000 - Consolidação das Resoluções do CFP.
- Resolução CFP N.º 009/2003 - Altera a Resolução CFP N.º 018/2000, de 20 de dezembro de 2000 - Consolidação das Resoluções do CFP.
- Resolução CFP N.º 001/2005 - Veda a inscrição nos Conselhos Regionais de Psicologia de egressos de cursos tecnológicos na área de Psicologia.
- Resolução CFP N.º 002/2005 - Altera a Resolução CFP N.º 018/2000, de 20 de dezembro de 2000 - Consolidação das Resoluções do CFP.

2) Aspectos específicos do exercício profissional

2.1) Práticas não reconhecidas

- Resolução CFP N.º 010/1997 - Critérios para divulgação, publicidade e exercício profissional de psicólogo associado a práticas não reconhecidas pela Psicologia.
- Resolução CFP N.º 011/1997 e Instrução Normativa N.º 001/1997 - Pesquisa com métodos e técnicas.

2.2) Psicologia e uso do computador

- Resolução CFP N.º 003/2000 - Regulamenta o atendimento psicoterapêutico mediado por computador.
- Resolução CFP N.º 006/2000 - Institui a Comissão Nacional de Credenciamento e Fiscalização dos Serviços de Psicologia pela internet.
- Resolução CFP N.º 010/2003 - Altera a Resolução CFP N.º 003/2000 que Regulamenta o atendimento psicoterapêutico mediado por computador.
- Resolução CFP N.º 012/2005 - regulamenta o atendimento psicoterapêutico e outros serviços psicológicos mediados por computador e revoga as Resoluções CFP N.º 003/2000 e N.º 010/2003.

2.3) Avaliação psicológica

- Resolução CFP N.º 015/1996 - Concessão de atestado psicológico para tratamento de saúde.
- Resolução CFP N.º 012/1997 - Ementa: Disciplina o Ensino de Métodos e Técnicas Psicológicas em cursos livres e de pós-graduação, por psicólogos e não psicólogos.
- Resolução CFP N.º 010/2000 - Especifica e qualifica a Psicoterapia como prática do psicólogo.
- Resolução CFP N.º 011/2000 - Disciplina a oferta de produtos e serviços ao público.
- Resolução CFP N.º 001/2002 - Regulamenta a Avaliação Psicológica em concurso público e processos seletivos da mesma natureza.

- Resolução CFP N.º 002/2003 - Define e regulamentam o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP N.º 025/2001.

- Resolução CFP N.º 007/2003 - Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP N.º 17/2002 - Manual de Elaboração de Documentos Decorrentes de Avaliações Psicológicas.

- Resolução CFP N.º 006/2004 - Altera a Resolução CFP N.º 002/2003.

2.4) Avaliação psicológica para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação

- Resolução CFP N.º 012/2000 - Institui o Manual para Avaliação Psicológica de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e condutores de veículos automotores.

- Resolução CFP N.º 016/2002 - Dispõe acerca do trabalho do psicólogo na avaliação psicológica de candidatos à Carteira Nacional de Habilitação e condutores de veículos automotores.

2.5) Título de especialista

- Resolução CFP N.º 014/2000 - Institui o título profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro.

- Resolução CFP N.º 002/2001 - Altera e regulamenta a Resolução CFP N.º 014/2000 que institui o título profissional de especialista em Psicologia e o respectivo registro nos Conselhos Regionais.

- Resolução CFP N.º 007/2001 - Aprova o Manual para Credenciamento de Cursos com finalidade de concessão do título de especialista e respectivo registro.

- Resolução CFP N.º 008/2001 - Institui a taxa de administração e custeio do processo de Cadastramento de Cursos, com vistas ao Credenciamento junto ao CFP para aceitação de certificados e concessão de Título de Especialista e respectivo registro.

- Resolução CFP N.º 003/2002 - Altera a Resolução CFP N.º 002/2001, de 10 de março de 2001, que institui o título profissional de especialista em Psicologia e o respectivo registro nos Conselhos Regionais.

- Resolução CFP N.º 005/2003 - Reconhece a Psicologia Social como especialidade em Psicologia para finalidade de concessão e registro do título de Especialista.

- Resolução CFP N.º 002/2004 - Reconhece a Neuropsicologia como especialidade em Psicologia para finalidade de concessão e registro do título de especialista.

- Resolução CFP N.º 003/2005 - Altera a Resolução CFP N.º 07/2001, que aprova o Manual para Credenciamento de Cursos com finalidade de concessão do título de especialista e respectivo registro e dá outras providências.

- Resolução CFP N.º 004/2005 - Atualiza a taxa de administração e custeio do processo de Cadastramento de Cursos, com vistas ao Credenciamento junto ao CFP para aceitação de certificados e concessão de título de especialista e respectivo registro.

- Resolução CFP N.º 008/2005 - Altera a Resolução CFP N.º 007/2001, que aprova o Manual para Credenciamento de Cursos com finalidade de concessão do título de especialista e respectivo registro e dá outras providências.

2.6) Recurso auxiliar/complementar

- Resolução CFP N.º 013/2000 - Aprova e regulamenta o uso da Hipnose como recurso auxiliar de trabalho do psicólogo.

- Resolução CFP N.º 005/2002 - Dispõe sobre a prática da Acupuntura pelo psicólogo.

3) Aspectos mais gerais do exercício profissional e da pesquisa em Psicologia

- Resolução CFP N.º 001/1999 - Normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual.

- Resolução CFP N.º 018/2002 - Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.

- Resolução CFP N.º 016/2000 - Ementa: Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos.

4) Sistema Conselhos

- Resolução CFP N.º 002/2000 - Aprova o Regimento Eleitoral para escolha de conselheiros federais e regionais dos Conselhos de Psicologia.

- Resolução CFP N.º 018/2000 - Consolidação das Resoluções do CFP.

- Resolução CFP N.º 016/2001 - Aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região.

- Resolução CFP N.º 004/2002 - Altera a Resolução CFP N.º 018/2000, de 20 de dezembro de 2000 - Consolidação das Resoluções do CFP.

- Resolução CFP N.º 003/2003 - Altera a Resolução CFP N.º 018/2000, de 20 de dezembro de 2000 - Consolidação das Resoluções do CFP.

- Resolução CFP N.º 009/2003 - Altera a Resolução CFP N.º 018/2000, de 20 de dezembro de 2000 - Consolidação das Resoluções do CFP.

- Resolução CFP N.º 002/2005 - Altera a Resolução CFP N.º 018/2000, de 20 de dezembro de 2000 - Consolidação das Resoluções do CFP.

5) Legislação específica relativa aos processos éticos/ordinários

- Resolução do CFP N.º 006/2001 Ementa: Institui o Código de Processamento Disciplinar.

6) Legislação específica em relação às fiscalizações

- Resolução do CFP N.º 019/2000, de 16 de dezembro de 2000 - institui o Manual Unificado de Orientação e Fiscalização - MUORF.

7) Legislação federal

7.1) Relacionada à profissão e ao Sistema Conselhos

Lei N.º 4.119 de 27/08/1962 - Regulamentação da profissão.

Parecer N.º 403/1962 do Conselho Federal de Educação - Currículo Mínimo e duração do Curso de Psicologia.

Decreto N.º 53.464 de 21/01/1964 - Regulamentação da profissão.

Lei N.º 5.766 de 21/12/1971 - Definição, estruturação e organização dos Conselhos Federal e Regionais.

Decreto N.º 79.822 de 17/06/1977 - Definição, estruturação e organização dos Conselhos Federal e Regionais.

Lei N.º 8.859 de 23/03/1994 - Modifica dispositivos da Lei N.º 6.494 de 07/12/1977, estendendo aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio.

7.2) Outras legislações que podem estar relacionadas à profissão

Lei N.º 8.069 de 13/07/1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Lei N.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Lembramos que toda legislação relacionada acima está disponível na íntegra no site do CRP/SP: www.crpssp.org.br

Banco Social de Serviços em Ps

Psicólogos e sociedade saem fortalecidos com a participação profissional no campo de políticas públicas

O Dia do Psicólogo foi comemorado de maneira especial este ano. A data foi o marco de encerramento de um dos programas de política pública mais ousados do país promovido por uma instituição representativa de classe: o Banco Social de Serviços em Psicologia. O projeto, resultado do movimento da categoria rumo à inclusão social e à ampliação do campo de atuação do psicólogo, durou dois anos, estendeu-se por quase todos os cantos do Brasil, contribuiu para a execução de programas sociais e jogou luz sobre o potencial dos psicólogos no campo de políticas públicas. A equipe nacional do Banco Social de Serviços em Psicologia elaborou os relatórios finais dos Projetos do BS e cada relatório foi entregue aos parceiros: Ministérios, Secretarias Estaduais e Municipais, Universidades e aos psicólogos no dia 27 de agosto.

O encerramento dos trabalhos do Banco Social gerou mais um bom fruto: o Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, que partirá de todas as experiências adquiridas do programa para atuar como um veículo de apoio e pesquisa na elaboração de futuros programas. Sua coordenação está centralizada em Brasília, mas cada Conselho Regional conta com um representante.

Muito além de criar condições no mercado de trabalho para a categoria, a experiência do Banco Social serviu, segundo a presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ana Bock, para humanizar as políticas públicas do país por meio dos conhecimentos da Psicologia. “Dessa forma, as políticas poderão refletir as necessidades e possibilidades da sociedade para que existam efetivamente espaços para que a população construa as formas de solução de seus problemas de modo ativo e democrático. A Psicologia pode e deve contribuir com essa meta”, afirma ela. Ana Bock observa que o país passa por um momento histórico que sugere a participação de todos na construção de uma nação socialmente mais justa e equânime para compreender o funcionamento da sociedade e identificar soluções.

A Psicologia não poderia ficar de fora desse processo. Segundo ela, o Banco Social dos Serviços de Psicologia, uma iniciativa ousada que contribuiu para a ampliação da participação dos profissionais dentro das políticas públicas, foi uma contribuição da categoria na direção de uma sociedade mais humanista. Para Ana Bock, nesses dois anos de trabalho, novas perspectivas se abriram para a categoria. Atra-

vés de parcerias com importantes órgãos e instituições dos governos estaduais, municipais e federal, os psicólogos intervieram em políticas públicas e construíram uma nova visão a respeito da Psicologia, suas teorias e aplicações junto à população, além de ampliar o diálogo com o Estado, que reconheceu a importância do trabalho dos profissionais da área.

Para que a meta fosse alcançada, o Banco Social desenvolveu uma estratégia de atuação. Os projetos foram escolhidos com base em critérios pré-estabelecidos, como estar inserido em uma área em que a Psi-

“Estamos apresentando à sociedade brasileira novas formas de atuação e contribuição social da Psicologia. Esperamos que isso possa fortalecer a presença social da profissão e ampliar nosso mercado de trabalho

Ana Bock

O Centro de Referências em Psicologia e Políticas Públicas é uma nova etapa na construção da presença social do psicólogo

Banco Social de Serviços em Psicologia encerrou suas atividades, mas deixou uma herança: o Centro de Referências em Psicologia e Políticas Públicas. O centro é um esforço do Sistema Conselhos de organizar, sistematizar e documentar, de forma profissionalizada, um espaço que possa identificar a existência de práticas relevantes e disponibilizá-las para toda a sociedade.

O centro consiste em um banco de documentação que visa ampliar a capacitação dos psicólogos na compreensão das políticas públicas de modo geral e da compreensão teórica e técnica do processo de elaboração, planejamento, execução dessas ações nas diversas áreas específicas: saúde, educação, assistência social, criança e adolescente e outras. O processo de organização desse centro deverá também envolver a produção de espaços coletivos, grupos de trabalho e seminários nos quais os psicólogos, envolvidos nas práticas dessas políticas, possam ser, eles mesmos, as principais referências.

O Centro de Referências em Psicologia e Políticas Públicas tem sede no Conselho Federal de Psicologia, com ramificações nos Conselhos Regionais de Psicologia, de modo que todos possam contar com pelo menos um agente/coordenador. Segundo Ana Bock, presidente do CFP, o Centro permitirá aos psicólogos e à Psicologia iniciarem nova etapa na história da sua inserção na sociedade e do lugar social da profissão no Brasil. “Um lugar de compromisso com as urgências e as necessidades da maioria da população e de compromisso com a construção de melhores condições de vida”, diz.

É importante registrar que o Centro é decisão do V Congresso Nacional da Psicologia, realizado em junho de 2004, em Brasília, e que reuniu delegados eleitos nos 15 Congressos Regionais realizados em todo o Brasil. Por isso, ele é projeto da categoria profissional que os conselhos implementam.

colgia apresentasse competência acumulada e que não houvesse psicólogos trabalhando, para que não se tornasse uma força competitiva. A urgência social e a necessidade do fortalecimento de políticas públicas também pesaram nas escolhas.

Foram 5.630 psicólogos cadastrados no Banco. Destes, 1.980 se inscreveram diretamente em algum projeto específico. Entretanto, a grande burocracia que envolve a permissão para participação nas políticas públicas impediu a inclusão dos profissionais em diversos programas. Mesmo com toda a dificuldade, foram firmadas 55 parcerias. No total, 336 protagonistas receberam uma formação específica e trabalharam beneficiando 5.763 pessoas.

Talvez um dos exemplos mais emblemáticos do Banco Social tenha sido no trabalho junto aos desempregados. Por meio de 18 parcerias, uma delas com o Ministério do Trabalho, foram atendidos 4.901 desempregados de todas as partes do país, numa atuação que permitiu a apresentação de uma nova forma de atendimento e assistência, considerando a dimensão subjetiva dos trabalhadores em situação de desemprego.

icologia:

uma conquista de todos

A partir da formação de grupos com cerca de 15 pessoas, dois protagonistas buscavam fortalecer os laços entre eles, de modo a aumentar as possibilidades de colaboração e apoio recíproco, além de propiciar reflexão sobre esta situação no contexto social, econômico e político atual. O objetivo foi oferecer, além do apoio psicológico, novos recursos para o enfrentamento dessa situação.

Outro exemplo foi o acompanhamento dos pacientes da Primeira Residência Terapêutica, localizada em São Paulo. O local, de responsabilidade da Prefeitura, na gestão anterior, abrigava pacientes oriundos de hospitais psiquiátricos que, devido ao grande tempo em que estiveram internados, perderam todos os vínculos com o grupo de origem. Cada paciente teve o acompanhamento individualizado de um protagonista que, muito além do apoio psicológico, ajudou a reinserção dele na sociedade por meio de ações simples e cotidianas, como ensinar a pegar um ônibus ou mesmo providenciar os documentos de identificação.

Também foram realizados trabalhos em outras áreas. Alguns projetos se relacionaram ao Poder Judiciário, na discussão das políticas penitenciárias e da situação frágil dos egressos e seus familiares. Foram tratadas ainda as questões das medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei, devido à necessidade de fortalecer esse caminho, questionando recursos como a privação de liberdade. Em relação à educação, os protagonistas atuaram levando a dimensão subjetiva do processo de ensino-aprendizagem como fator importante a ser considerado na construção das práticas dos professores.

No campo da comunicação, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, os trabalhos foram direcionados para que houvesse uma qualificação da mídia e o esclarecimento da população sobre os efeitos subjetivos dos programas de TV.

Além dos benefícios para a sociedade, a própria profissão saiu fortalecida. Com a experiência, poderá ocorrer ampliação do mercado para os psicólogos. "Estamos apresentando à sociedade brasileira novas

formas de atuação e contribuição social da Psicologia. Esperamos que isso possa fortalecer a presença social da profissão e ampliar nosso mercado de trabalho", explica Ana Bock. ●

Balanco Geral do Banco Social:

- Total de psicólogos inscritos: 5.630
- Psicólogos inscritos em projetos específicos: 1.980
- Psicólogos que participaram de programas: 336
- Parcerias: 55
- Conselhos Regionais participantes: 13
- Total de beneficiados: 5.763
- Média de um protagonista para cada 18 usuários

Parcerias:

- **Intervenções dos Psicólogos nos Processos Educacionais** - Numa tentativa de colaborar com a alteração do cenário educacional, os protagonistas do Banco Social de Serviços em Psicologia coordenaram grupos oferecidos aos professores, coordenadores e equipe de gestão de escolas públicas de Ensino Fundamental. Esses grupos tiveram como objetivo construir espaços de reflexão sobre o papel da escola, sua relação com a comunidade, a relação ensino-aprendizagem e a possibilidade de resolução coletiva de conflitos.
- **Projeto de Apoio aos Familiares e Egressos do Sistema Penitenciário** - O projeto se propôs a contribuir para o fortalecimento e implantação de programas de reinserção social dos egressos; a desconstrução da identidade do preso/criminoso e retomada da identidade de cidadão; o fortalecimento dos vínculos entre preso/egressos e familiares; a articulação de uma rede social de serviços e a formação dos psicólogos em relação ao tema. Os protagonistas ofereceram grupos de apoio psicológico aos egressos do sistema penitenciário, seus familiares e familiares de presos.
- **Projeto Ética na Televisão** - A proposta do papel dos psicólogos que atuaram era a de atingir três dimensões: elaboração de pareceres sobre os programas; organização de comitês da campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania" nas diversas regiões do país; e participação nos comitês do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação. A elaboração dos pareceres foi feita com base nos critérios estabelecidos pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, ressaltando o impacto que o referido programa promove na subjetividade, na formação dos telespectadores e na constituição das representações sociais. Entidade pública parceira: Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.
- **Projeto de Apoio Psicológico ao Trabalhador em Situação de Desemprego** - A proposta foi de realizar grupos que fortalecessem laços entre trabalhadores em situação de desemprego, de modo a aumentar as possibilidades de colaboração e apoio recíproco. Entidade pública parceira: Ministério do Trabalho.
- **Projeto de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto** - A proposta foi de colaborar com a implementação dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com relação às medidas socioeducativas em meio aberto, especificamente a liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade. O protagonista realizou trabalhos com a equipe técnica, os adolescentes e seus familiares. Entidade pública parceira: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- **Acompanhamento aos usuários do programa "De volta pra casa"** - O projeto teve como princípio contribuir com a desinstitucionalização psiquiátrica do portador de sofrimento psíquico intenso (neurótico grave, psicótico,...) com histórico de internação em hospital psiquiátrico por um longo período e em processo de alta. Entidade pública parceira: Ministério da Saúde.

Autoridades defendem **regulamentação para os anunciantes e emissoras de TV** a partir de ampla discussão com a sociedade

Crianças e adolescentes são expostos aos abusos da publicidade

FOTO LUIS H. R. CARRIJO



Garoto assiste à TV de loja no centro de São Paulo

Entrar num embate com o forte *lobby* das emissoras de televisão, dos anunciantes e das agências de publicidade é uma disputa, para muitos, quixotesca. Mas alguns “visionários” já iniciaram movimentos na tentativa de regulamentar o setor e proteger crianças e adolescentes do assédio do *marketing*. Duas dessas trincheiras são o Fórum Paulista pela Ética na TV e a campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, da qual fazem parte cerca de 90 entidades, entre elas o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

A proposta de estabelecer regras sobre o que, como e em que horário as emissoras de TV vão mostrar em sua programação ao público infantil começou a ser aventada, porque as crianças passaram a ser tratadas inescrupulosamente como

consumidores. Segundo a psicanalista de crianças e consultora da campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, Ana Olmos, na medida em que a propaganda cria necessidades e ilusões não realizáveis para um público de idade cada vez mais tenra, geram-se problemas emocionais com repercussões no conjunto da sociedade. “A publicidade é o maior ataque ao mundo mental da criança, porque ela não tem ainda capacidade crítica para rejeitar a idéia de que sua identidade não está vinculada aos objetos que possui”, afirma ela. “As agências, quando elaboram as peças publicitárias, sabem disso e contam com essa incapacidade de discriminar os valores veiculados”, denuncia.

Ana Olmos explica que, para vender seu produtos à criança e ao adolescente, o mercado estimula, desperta e aprofunda carências, conflitos, vergonha de si,

oferecendo, em seguida, “a solução para tais problemas: comprar, comprar e comprar...”. Segundo ela, para a indução da infância ao hábito do consumo, a publicidade tenta transformar qualquer produto em objeto de desejo, com expectativas semelhantes às de relacionamentos interpessoais. Os objetos adquirem, assim, características humanas que facilitam a relação de dependência. “Valores como aparência física, sedução e sucesso, por exemplo, são vendidos de maneira subjacente ao produto”, alerta. A especialista em psicanálise infantil observa que, como a grande maioria das crianças está excluída dos bens de consumo, forma-se uma geração de pessoas que, desde cedo, são atacadas em sua auto-estima. Para ela, o mercado publicitário faz a “maior das violências” contra a criança quando estimula a sensação de inadequação, menos valia e exclusão por estratégia, justamente quando a criança mais precisa se sentir parte da sociedade como grupo “de pertença”, base para uma boa formação da identidade.

A psicanalista Ana Olmos ressalta que os estragos produzidos pela campanha publicitária com foco no público infantil se estendem também para as camadas sociais do andar de cima. “As crianças criadas sem limite quanto ao aspecto da compra tratam os objetos de consumo como constituintes de si mesmas: necessitam declarar sua identidade através das grifes de roupa que usam, da marca do carro, etc. O ter, e não o ser, as define”, diz. “Essa forma de estruturar a percepção de si e do outro repercute na capacidade de amar, diminuída, dos meninos e meninas de agora”, acredita.

Outro desdobramento já virou preocupação de saúde pública. As crianças estariam mais obesas por conta de uma alimentação à base de sanduíches, refrigerantes e salgadinhos saturados e com poucos nutrientes. Estudo recente sobre saúde pública do Centro para Saúde Pública da Califórnia mostra que as crianças californianas sofrem cada vez mais de obesi-

“A sociedade está sendo formada por meninos e meninas com uma capacidade de amar muito diminuída”

Ana Olmos

dade. O índice cresceu 6,2% na Califórnia e 16,2% em Los Angeles nos últimos cinco anos. A pesquisa serve de parâmetro, porque os hábitos dos jovens brasileiros e americanos em relação ao consumo têm muitas semelhanças.

Para refrear o açoitamento publicitário, que constrói comportamentos desde a primeira infância, Ana Olmos defende uma regulamentação nos moldes de países como Canadá e Inglaterra que estabeleceram parâmetros que vão desde a definição de horários e a obrigatoriedade de mostrar os preços dos produtos e serviços até a proibição do uso de imagens de crianças e personagens infantis nos comerciais.

A jornalista Elisabete Santana, membro do Fórum Paulista pela Ética na TV, reforça a urgência de proteger os jovens das pressões comerciais. Ela chama a atenção para o que acontece na Suécia, que aprovou uma lei que proíbe a publicidade voltada para menores de 12 anos de idade com o argumento de que a exposição das pessoas às propagandas televisivas somente podem ser permitidas quando o consumidor tem idade para compreender os objetivos escondidos da publicidade. Elisabete afirma que, na Suécia, os defensores da lei acreditam que deixar o mercado fazer o que deseja é contrário aos valores democráticos.

Ela diz que o atentado ao livre pensamento se configura na manipulação das mensagens. Ela dá o exemplo da Pirâmide de Maslow. Abraham Maslow, psicólogo norte-americano, desenvolveu uma teoria que estratifica as necessidades humanas. Na base estariam as fisiológicas fundamentais para a sobrevivência (alimento e reprodução). Em seguida viria a que trata da auto-preservação, evitando o perigo fi-

sico e a privação básica. Depois, o sentimento de pertença a um grupo. As pessoas sentiriam necessidade de ser aceitas e de pertencer a grupos. A quarta seria a de estima e o respeito. Nessa etapa, as pessoas necessitariam do reconhecimento por parte dos outros. A última da hierarquia seria a da auto-realização. Aí começaria a predominar a necessidade de realizar aquilo de que se é capaz e que realmente se gosta de fazer. Para Elisabete Santana, as agências de propaganda utilizam esta teoria para manipular as necessidades do homem para que o consumidor tenha a sensação de auto-realização.

Ela diz que essa manipulação se torna mais grave quando o alvo é o público infantil, cujos valores estão em fase de formação. "O mercado quer enquadrar as crianças, o quanto antes, à civilização de consumo", aponta. Como a sociedade provou não estar madura para a auto-regulamentação, como acredita o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado federal Orlando Fantazzini, seria necessário uma peça jurídica que desse conta disso.

Fantazzini, coordenador nacional da campanha "Quem financia a baixaria é contra a cidadania", diz que é preciso entender a discussão para toda as esferas do país. Para ele, sem a participação efetiva da sociedade e das entidades organizadas, a regulamentação pode não vingar. O deputado diz que a campanha elencou para este ano a propaganda infantil como tema principal. Fantazzini adiantou que já foram realizadas audiências públicas nas Assembléias Legislativas de São Paulo, Pernambuco e Santa Catarina sobre o assunto. Desses debates, poderá surgir um conjunto de critérios para a veiculação de anúncios.

Tramita, no entanto, na Câmara dos Deputados, o projeto de lei 5.921 que propõe simplesmente a proibição de comerciais voltados para crianças. Seu autor, o deputado Luis Carlos Hauly, argumenta que a carga de propaganda a que o público infantil assiste tem gerado conflitos de ter e poder. Embora não haja estudos científicos que comprovem a relação entre a privação de um produto veiculado na TV e a violência, há estudos de Psicologia que mostram que a frustração pode gerar agressão.

O Procurador Regional Dos Direitos do Cidadão do Ministério Público de São Paulo, Sérgio Suiama, diz que enquanto não se analisa esse projeto, poder-se-ia trabalhar a partir do conceito mais genérico da propaganda abusiva previsto no Código de Defesa do Consumidor. O artigo 37 do Código proíbe "toda publicidade enganosa ou abusiva". O parágrafo segundo define abusiva como sendo "a publicidade que (...) se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança". É preciso, no entanto, regulamentar esse artigo com regras claras que estabeleçam horários de exibição, o que pode ou não ser veiculado em termos de imagem, o uso de crianças nos comerciais, etc.

Sérgio Suiama diz que a discussão existe em várias frentes. A Procuradoria Federal de Direitos dos Cidadãos formou um grupo de trabalho para debater a matéria, e o MP paulista está em contato com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, colhendo informações para se chegar a uma proposta de regulamentação que possa ser apresentada à sociedade. Até lá, caberá aos pais e educadores um trabalho de conscientização crítica das crianças sobre o que elas vêem na TV. ●

INFORME PUBLICITÁRIO



CURSOS EM SÃO PAULO

- 01 - Recrutamento, Seleção, Treinamento e Acompanhamento de Pessoal
- 02 - Técnicas e testes de Avaliação Neuropsicológica
- 03 - Terapia Cognitivo-Comportamental - TCC
- 04 - Psicologia Jurídica e Laudos Periciais
- 05 - Tratamento Psicológico dos Transtornos Alimentares e da Obesidade através da Terapia Cognitivo-Comportamental
- 06 - Técnicas de Psicoterapia Infantil
- 07 - Psicofarmacologia e Temas em Psiquiatria para psicólogos e áreas afins
- 08 - Psicologia na Gravidez, Parto e Pós-Parto (Atendimento em consultório e no hospital)
- 09 - Clínica da Toxicomania
- 10 - A Clínica da Depressão, Síndrome do Pânico e dos Estados Psicóticos
- 11 - Psicologia do Trabalho - Diagnóstico e Intervenções



1º MÓDULO
dias 05 e 06/11/05

2º MÓDULO
dias 19 e 20/11/05

Carga Horária de cada curso: 40 h/a

Informações e Inscrições
www.cicloceap.com.br
0800305050 ou (31)3221 9071

Descontos especiais até 14/10/05

Inscrições abertas ano 2006:

CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS

CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE

Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia

Coordenação: Ernesto Duvidovich e Walkiria Del Picchia Zanoni

Início: março de 2006 / Duração: 3 anos

Horários: 3ª feira: das 19h30 às 22h30 ou
4ª feira: das 18h às 21h

Informações pelos telefones: 11 3864-2330 / 3865-0017 ou www.centropsicanalise.com.br
cep@centropsicanalise.com.br

Mestrado e Doutorado
São Francisco

- Inscrições: 1/9 a 7/11/2005
- Seleção: 16 a 18/11/2005
- Resultado: 30/11/2005
- Matrículas: 30/11 a 2/12/2005

RECOMENDADOS
PELA CAPES

Psicologia

Área de Concentração:
Avaliação Psicológica

Informações
(11) 4534-8046/4534-8040
mestrado@saofrancisco.edu.br www.saofrancisco.edu.br

INSTITUTO DE PSICOLOGIA E ACUPUNTURA

- Clínica
- Curso



Acupuntura Tradicional (30 meses)

Curso reconhecido pela SOBRAPA e COFEN portaria nº 021/2004
CNPJ 05194742/0001-19 CRPSP-PJ 2557

Centro de excelência, referência nacional na utilização da acupuntura pelo psicólogo, atuando na área desde 1986

Visite o site:
www.psicologiaeacupuntura.com.br
Rua Cuiabá, 229 - Mooca - tel: 011 6604-3367

Democratização do trabalho

Pautada na igualdade das relações e na autogestão, a economia solidária pode ser uma forma de combate ao desemprego

Trabalhar em uma empresa na qual não existe divisão hierárquica; ser, ao mesmo tempo, patrão e empregado; participar de todas as decisões de forma democrática, sem o estabelecimento de relação de poder e definir o valor do serviço prestado; ter uma administração igualitária do capital e dos meios de produção; e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Esse ideal de trabalho é a base do conceito da economia solidária: uma diversidade de práticas econômicas e sociais, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário, complexos cooperativos, como forma de combate ao desemprego e à desigualdade social.

Ela é organizada sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outros. Algumas dessas práticas já estão em andamento no Brasil. As mais comuns são de empregados que se organizam e assumem a direção de empresas falidas, das cooperativas de catadores de material reciclável, de pescadores e mesmo a cooperativa de reforma agrária, que trabalha com as famílias assentadas.

Para o professor de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Ricardo Bresler, a implementação e a viabilização desse modelo só não é maior devido à falta de conhecimento técnico e de gestão. "Todo empreendimento de economia solidária vai se deparar com o desafio de acesso à qualificação técnica, administrativa e de formação escolar dos participantes", comenta. Segundo ele, o acesso à matéria-prima, aos meios de produção, de divulgação e de escoamento da produção, acesso aos recursos tecnológicos e, principalmente, ao crédito, também são obstáculos a serem transpostos. "O crédito possibilita o pagamento imediato ao produtor, viabilizando o capital de giro e os investimentos necessários nos meios de produção. Sem ele, todos os trabalhadores associados, por exemplo, têm que esperar a contabilização de toda a venda para depois receber sua parte", explica Bresler.

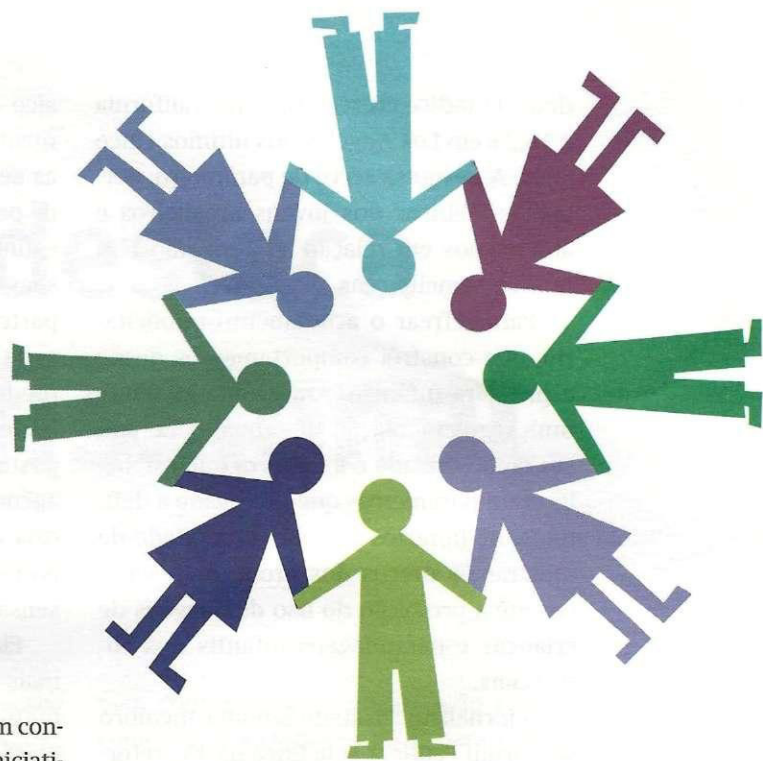
Essas dificuldades podem ser superadas em médio prazo. O poder público e a sociedade civil organizada estão contribuindo para o fortalecimento desse sistema. Em 2003, o governo federal convidou um dos maiores defensores desse modelo, Paul Singer, para assumir a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Além de apoiar e auxiliar as iniciativas, tanto em níveis regionais quanto em nível nacional, a secretaria passou a trabalhar em conjunto com entidades, instituições e empreendimentos que fomentam a Economia Solidária, como a Igreja Católica, com a Cáritas, e os sindicatos, com a Agência de Desenvolvimento Solidário e a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias (ANTEAG).

A formação dessa rede de apoio vem contribuindo para o sucesso de muitas iniciativas, provando que esse é um modelo possível e que pode chegar a diversas localidades. Um exemplo bem sucedido é a Cadeia do Algodão Orgânico, rede distribuída em vários Estados, que começa no Ceará, com a separação da semente da pluma do algodão. Depois, a pluma segue para São Paulo, onde outra cooperativa tece o fio. De lá, um terceiro grupo produz o tecido e o encaminha a dezenas de cooperativas de costureiras. Dessa forma, a economia solidária permite uma incorporação entre a agricultura familiar, o comércio e a indústria.

Outro exemplo é o da APAEB - Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira. A associação surgiu há mais de 20 anos com a organização de produtores do semi-árido da Bahia que buscavam a redução de impostos para os seus produtos. Hoje, a associação conta com programas que vão desde a criação de uma rádio comunitária até projetos de aproveitamento da luz solar, escola agrícola e de informática, sempre com o foco no desenvolvimento social e econômico sustentável e solidário.

As incubadoras de cooperativas populares dentro das universidades também exercem importante função nesse contexto. A incubadora da Universidade de São Paulo surgiu da necessidade da comunidade acadêmica de realizar um projeto mais concreto com grupos de trabalhadores desempregados. Muito mais do que apenas solucionar a questão da falta de trabalho, a criação da incubadora pretendeu ajudar na emancipação daqueles trabalhadores. "A proposta era que todos participassem e discutissem juntos as possibilidades e os encaminhamentos que poderiam ser feitos a partir da união dos esforços", explica uma das coordenadoras da incubadora da USP, Thais Silva Mascarenhas. Essa primeira experiência resultou na Cooperbrilha, uma cooperativa de serviços gerais que conta atualmente com 30 integrantes. A partir dessa experiência, outros grupos, dos mais diversos segmentos, foram se formando. Atualmente, uma equipe multidisciplinar de 25 alunos da USP trabalha na orientação desses grupos.

Os psicólogos podem e já estão contribuindo em algumas iniciativas que se baseiam na economia solidária. A psicóloga Ana Lúcia Cortegoso, professora da Universidade Federal de São Carlos, atua na incubadora da instituição junto a uma equipe multiprofissional, ajudando na moderação das reuniões e na organização das informações. Os estudantes de Psicologia também são inseridos no projeto. "Esses alunos estagiam em projetos de incubação ajudando os grupos a diagnosticar necessidades de qualquer tipo e achando o melhor encaminhamento



para as dificuldades. Eles também colaboram com os conhecimentos da Psicologia sobre o comportamento humano, o funcionamento de organizações, no processamento de conflitos e na indicação de procedimentos que favoreçam a interação entre as pessoas, sempre adaptando esses conhecimentos para empreendimentos autogestionários", explica Ana Lúcia.

Além disso, os psicólogos também atuam gerando conhecimento a respeito do assunto. "Temos linhas de pesquisa sobre o tema e muitos alunos vêm construindo monografias para responder a demandas da economia solidária na área da conduta humana", diz.

Para Ana, a grande dificuldade que o psicólogo encontra são as formas de desenvolver relações pessoais e condutas humanas apropriadas para aquilo que esse modelo de negócio exige. "A proposta da economia solidária é contrária ao que predomina na sociedade. Pretende-se desenvolver padrões de cooperação quando toda sociedade está voltada para a competição", explica.

Essa também é a opinião do professor Ricardo Bresler. "É um processo diferente do que a sociedade atual valoriza, que é o triunfo individual. É uma proposta de mudança política que vai definir que tipo de condição socioeconômica queremos para nosso país", acredita.

Esses projetos e inúmeros outros espalhados por todo o país são bastante ousados e seus resultados possivelmente só serão sentidos a médio e longo prazos. Entretanto, a economia solidária é um acalento para aqueles que ainda sonham viver em uma sociedade mais justa e igualitária. "Acreditamos que essa é uma proposta de mudança social possível para o Brasil. As dificuldades para a implantação desse novo sistema não são pequenas. Mas a disposição para trabalhar nesse sentido é muito grande", finaliza Ana Lúcia. ●

“A proposta da economia solidária é contrária ao que predomina na sociedade atual. Pretende-se desenvolver padrões de cooperação quando toda sociedade está voltada para a competição”

Ana Lúcia Cortegoso

Reforma política necessária

O Brasil vem assistindo, nos últimos meses, a um deprimente espetáculo que seria apenas ridículo se não implicasse a degradação dos princípios democráticos, a corrupção dos costumes políticos e desmoralização de instituições e personagens que deveriam merecer o máximo respeito de todos, especialmente dos que receberam um mandato do povo ou que ocupam uma posição de relevo na organização política administrativa. Senadores e deputados têm aparecido em transmissões ao vivo de televisão, revelando despreparo muito mais grave do que se poderia suspeitar, atropelando regras constitucionais e legais, exibindo um surpreendente e deplorável desconhecimento dos mais elementares princípios da ética e do direito, além de agredirem constantemente a língua portuguesa.

E nisso têm estado juntos velhos políticos, representantes do espírito coronelista mais retrógrado, e políticos das gerações mais novas, que às vezes tentam aparentar modernidade e espírito combativo, mas acabam revelando, por suas deficiências e por seus repentes autoritários, que são apenas novos seguidores da velha escola, herdeiros e seguidores de vícios do passado. Incapazes de externar suas críticas em termos elevados, com observância das normas éticas da discordância respeitosa e, por suas deficiências pessoais, sem a possibilidade de apresentar idéias novas e de oferecer alguma contribuição inteligente para o aperfeiçoamento das práticas políticas democráticas, limitam-se a rompantes caricatos e demagógicos, resvalando para a grosseria e o autoritarismo.

Existem algumas boas exceções, é verdade, mas o conjunto é deplorável e mostra com absoluta evidência a necessidade de renovação das regras básicas de organização partidária e representação política, para que o povo possa se sentir representado, para que o interesse público prevaleça sobre as ambições e a vaidade de aventureiros audaciosos e para que sejam postos obstáculos legais aos oportunistas e inescrupulosos que buscam os mandatos e os postos de governo para satisfação de seus interesses pessoais. Evidentemente, não bastam algumas mudanças pontuais para a correção dos vícios e a criação de condições para um bom sistema representativo, sendo necessárias várias alterações, inclusive em algumas normas constitucionais, para que se implante e se garanta uma boa prática honesta e democrática.

Dois pontos, entretanto, devem ser desde logo ressaltados. O primeiro deles é que a comédia que vem sendo rotulada de crise política atinge apenas os aspectos secundários da ordem política e constitucional brasileira, não tendo qualquer cabimento falar em crise institucional.

Na realidade, o que tem ficado evidente é que o Brasil tem tamanha solidez institucional, está tão arraigada no povo bra-

sileiro a convicção de que a organização da sociedade e a convivência humana devem fundar-se nos princípios democráticos, que nem mesmo a existência de tão baixo nível de representação política põe em risco a normalidade constitucional e a sobrevivência das instituições inerentes ao Estado Democrático de Direito.

A Constituição, apesar de agredida e desrespeitada muitas vezes, continua sendo o parâmetro fundamental da vida social e política brasileira, estando em pleno funcionamento, com independência e liberdade, os três Poderes da República. Outro ponto fundamental é a certeza de que as reformas de que o Brasil necessita podem e devem ser feitas com a observância dos princípios e normas da Constituição de 1988, que é, de longe, a mais democrática de toda a história brasileira.

Entre as idéias que deverão ser consideradas na reforma política, deverá ser estabelecida a efetiva exigência da fidelidade partidária, inclusive com a perda do mandato do representante que mudar de partido durante o exercício do mandato. A par disso, dever ser exigida a prova de idoneidade moral de quem queira candidatar-se a um cargo eletivo, exatamente como se faz para qualquer pessoa que deseje ingressar no serviço público. Assim, o parlamentar que renunciar ao mandato para evitar a cassação já estará excluído da hipótese de nova candidatura, por falta de idoneidade moral. Outro ponto é a adoção do sistema de distritos eleitorais, pelos quais os candidatos seriam eleitos por circunscrições menores do que os Estados. Se o candidato só puder receber votos na região em que reside, os elei-

tores terão maior possibilidade de conhecer a vida e os antecedentes do candidato, o que dificultará a eleição de fraudulentos e demagogos e se tornará bem mais fácil acompanhar o desempenho dos eleitos, para negar o voto aos malandros e impedir a reeleição dos maus representantes.

Outro ponto que dever ser inovado é a possibilidade de revogação de um mandato por decisão dos eleitores. Trata-se da adoção do "recall" ou revogação, existente nos Estados Unidos, que é uma espécie de "deseleção" do mandatário. Pelo instituto da revogação, um certo número de eleitores de um determinado distrito poderia pedir que se fizesse uma consulta, pelo mesmo processo da eleição, para o eleitorado decidir se mantém ou revoga o mandato do mau representante. A par desses pontos aqui propostos, deveria ser estabelecido o financiamento privado, que muitas vezes tem funcionado como verdadeira compra de um parlamentar, fazendo com que este desempenhe o mandato dando preferência aos interesses dos financiadores, muitas vezes com evidente e grave prejuízo para os interesses dos eleitores e do povo em geral.

Aí estão algumas idéias que deverão ser debatidas amplamente, com grande publicidade e com a participação de todo o povo, num processo de reforma política. Esse é o caminho para dar autenticidade à representação, para reduzir a corrupção e, o que é essencial, para dar efetividade aos princípios inerentes ao Estado Democrático e de Direito.

Dalmo de Abreu Dallari, jurista



Subsede São José do Rio Preto

IV Congresso de Psicologia do Oeste Paulista **destaca o fazer multiprofissional**

A próxima edição deverá ter o nome de Congresso da Saúde

O IV Congresso de Psicologia do Oeste Paulista, realizado de 24 a 27 de agosto na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São José do Rio Preto, foi fórum para discutir o campo de atuação das práticas da Psicologia na região, considerando a busca por uma Psicologia diversificada, transformadora e que qualifique a prática profissional. O evento foi espaço para o debate de seus aspectos éticos e seu compromisso social. A escolha dos temas deu continuidade à construção de referências para o exercício da profissão. Cerca de 2000 congressistas, dos quais 260 profissionais de Psicologia participaram tanto deste encontro como do já tradicional Congresso Médico do Oeste Paulista e dos de outras profissões da área da saúde.

A presidente do congresso e coordenadora da subsede do Conselho Regional de Psicologia de São José do Rio Preto, Maria José Berto, diz que o encontro caracterizou-se por mostrar a efetividade e importância das ações interdisciplinares, além de ter contribuído para promover uma nova leitura dentro do campo da saúde. Ela ressaltou que a proposta apresentada pelo presidente do Congresso Médico, Dr. Renato Ferreira Silva, de transfor-

mar o evento no Congresso Regional da Saúde, busca mostrar o trabalho interdisciplinar que já é realizado por multiprofissionais em vários espaços da saúde, garantindo melhor assistência ao usuário como é de direito.

A presença dos psicólogos nas mesas de vários congressos demarcou a Psicologia enquanto ciência e profissão, sua especificidade, seu saber compartilhado junto a outros saberes. Ela enfatizou a mesa de debate sobre Saúde do Trabalhador com a presença de outros conselhos profissionais da área para regulamentar e efetivar posições que podem refletir na prestação de um serviço de qualidade à população.

Para Maria José, os temas escolhidos para exposição, dirigiram-se à atualização do exercício da Psicologia: o Código de Ética atualizado; a gestão da ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia) na luta por uma formação qualificada e sua parceria com o Conselho Regional de Psicologia; a recente pesquisa realizada pelo CRP SP e o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo sobre a inserção do Psicólogo no mercado de trabalho da saúde suplementar — convênios, planos de saúde e cooperativas —, (veja matéria na seção “Conver-

sando com o Psicólogo”); a atuação da Psicologia em suas áreas emergentes por meio de referências regulamentadas e de outras construídas em defesa de direitos e de cidadania; a clínica aplicada para gerar qualidade de vida; a Psicologia desenvolvida no âmbito hospitalar da FUNFARME, modelo no campo de pesquisa e serviços na área da genética e doenças renais; e também a sua contribuição com indicadores à prevenção e promoção da saúde. Segundo ela, os trabalhos científicos apresentados abordaram com qualidade e diversidade o que a Psicologia tem de produção teórica, técnica e de prática para o social.

Foi dado destaque ao Projeto Banco Social de Serviços em Psicologia, encerrado no Dia do Psicólogo, e à criação do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. A presidente do CRP SP, Dra. Maria da Graça Marchina Gonçalves, disse que “os Conselhos de Psicologia organizarão registros de experiências e propostas de intervenções em Psicologia que possam ser referências para atuação em políticas públicas. Estará disponível para os psicólogos, a sociedade e o Estado, reafirmando a Psicologia como uma profissão comprometida com o seu tempo”. ●

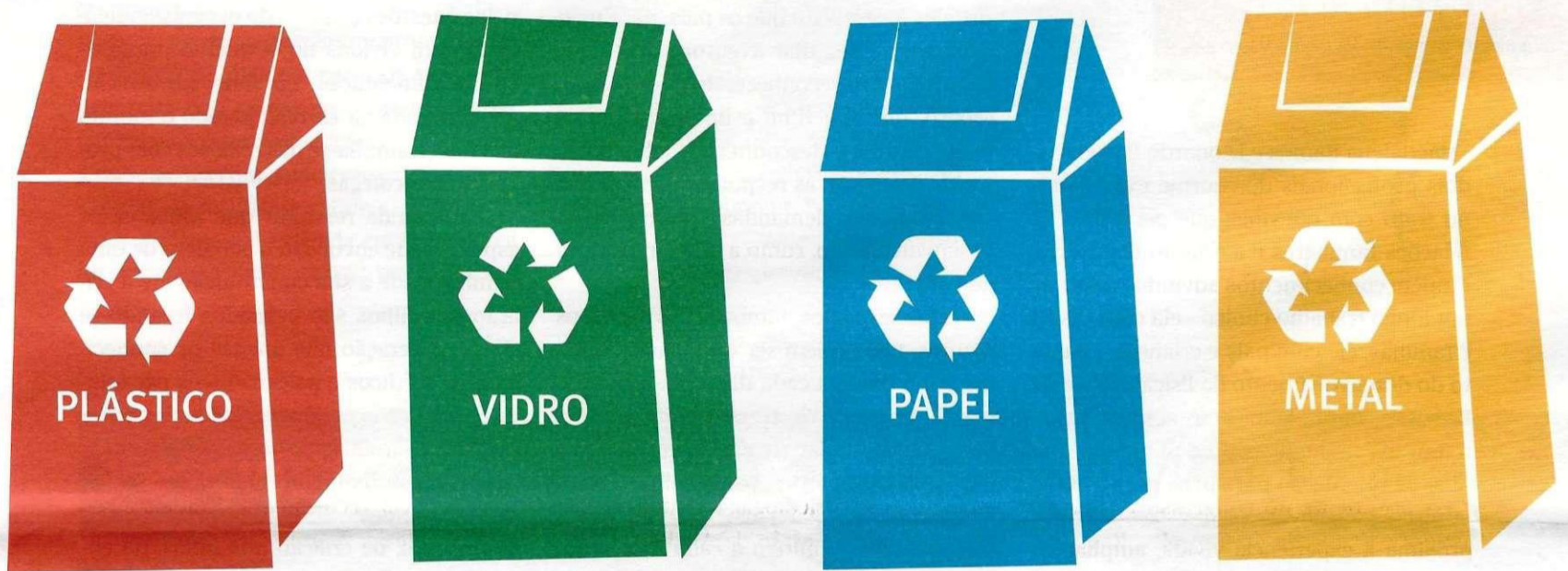


FOTO LUIS H. B. CARRIJO

Subsede Vale do Paraíba

Reciclagem, um ato de cidadania e inclusão social

A atividade, além de contribuir para a proteção do meio ambiente, também gera fontes de renda para quem está em situação de rua



A reciclagem é um processo industrial que converte o lixo descartado (matéria-prima secundária) em outro produto ou semelhante ao original. Mas muito além de economizar energia, poupar recursos naturais e trazer de volta ao ciclo produtivo o que é jogado fora, a reciclagem de lixo tem um papel estratégico na inclusão social de moradores de rua.

A atividade produz benefícios diretos, que é a geração de renda para uma rede que começa na ponta mais frágil do tecido social: os milhares que vivem em situação de rua, crianças e desabrigados. Mas o maior ganho talvez não seja o financeiro. Ao ter uma função produtiva, o catador ou cooperado conquista aos poucos o espaço que perdeu no mercado, reconstrói laços sociais e tem sua auto-estima fortalecida.

Para a artista plástica Maria Dalila, do Atelier de Arte com Papel, em Tremembé, através da reciclagem, as pessoas, orgulhosas de seu trabalho, passam a exercer sua cidadania com a sensação de dever cumprido. Na opinião dela, a atividade não recicla apenas a matéria-prima, mas o próprio sujeito. "A pessoa, ao exercer o papel de multiplicador do conceito, sofre mudanças internas que resultam em

maior confiança pessoal", diz. A artista plástica acrescenta que a iniciativa é também um grande desafio de ordem educacional e cultural. Maria Dalila acredita que o processo da reciclagem cumpre a função de provocar a reflexão sobre o valor daquilo que se joga fora numa sociedade altamente consumista que valoriza o descartável.

O aspecto reeducacional parece que surtiu algum efeito. Segundo a Tomra Lata Reciclagem, empresa de Pindamonhangaba, no Vale do Paraíba, que, em 1991, implantou o programa de reciclagem de latas de alumínio, houve mudanças nos hábitos dos consumidores ao longo da década passada. A empresa notou alterações de comportamento associadas a maiores investimentos das prefeituras na instalação de cooperativas de catadores.

Para o diretor presidente da Tomra, José Roberto Giosa, o consumidor brasileiro alterou seus hábitos pós-consumo, pois, a cada ano, um contingente maior de catadores de rua adere a programas de reciclagem de embalagens, atuando como agentes multiplicadores. Nos últimos três anos (2000 a 2002), a participação de cooperativas e supermercados na coleta de embalagens teria crescido, enquanto a de depósi-

tos de sucata teria caído. José Roberto Giosa diz que os números são sinônimo de inclusão social e geração de renda.

Segundo ele, hoje existem doze empresas recicladoras e centro de coletas de alumínio em todo o Brasil, que empregam diretamente 3.100 pessoas. A maioria das fundições está localizada em Pindamonhangaba, considerada a capital brasileira da reciclagem. Para Giosa, a atividade econômica permite aos moradores de rua buscar novas oportunidades de trabalho. Isso faz com que alguns catadores supram, no mínimo, as necessidades básicas como alimentação e habitação. Em alguns casos, a renda permite aos cooperados investir em educação dos filhos.

A reciclagem tem um componente sistêmico que produz desdobramentos em efeito cascata de várias ordens, desde o social, com a inclusão de sujeitos marginalizados pelo Estado, ao ecológico, preservando o meio ambiente, passando pela revisão de valores de consumo de descartáveis hoje em níveis elevados. Ainda que incipiente, o mercado de reciclagem vislumbra um potencial vertiginoso que pode significar, segundo Maria Dalila, uma saída para uma grande parcela da sociedade que, hoje, não tem perspectiva. ●

E agora, o que fazer? A difícil arte de criar os filhos



E agora, o que fazer?
A difícil arte de criar os filhos
Magdalena Ramos & Leonardo Posternak

Magdalena Ramos e Leonardo Posternak, dois profissionais de enorme experiência no trato com questões que permeiam as relações familiares e a criação dos filhos, reúnem conhecimentos advindos tanto de um longo trabalho clínico - ela com casais e famílias, ele com pais e crianças - quanto do desenvolvimento da Psicanálise e da Pediatria, para elaborarem conjuntamente um livro que, mais do que ser um manual de orientação para pais, propõe-se a, numa linguagem de fácil acesso e muito próxima à experiência vivida, ampliar o conhecimento que temos sobre a vida familiar, desde a constituição do casal, que dá início à família, até o nascimento e a criação dos filhos. Dizemos que o livro busca *ampliar* nossos conhecimentos, porque é do conhecimento dos pais e, afinal, de todos nós, que somos sempre parte de uma família, que os autores partem, não para desprezar nossos conhecimentos e experiências, substituindo-os por qualquer conhecimento especializado ou supostamente mais autorizado, mas para legitimá-los, para que em especial os pais levem seriamente em consideração o que captam nas intensas e contínuas trocas afetivas que se constituem nas comunicações entre eles e seus filhos.

Talvez seja esta uma das noções centrais que permeiam o livro, e que os autores buscam nos transmitir como uma mensagem: a de que os pais devem fazer uso de sua sensibilidade para escutar os filhos desde os momentos iniciais de vida, e ter essa escuta como norte de sua orientação e de suas condutas em relação a eles. Para tanto, é preciso considerar que o bebê, desde o início, é uma pessoa que sente, percebe e reage às experiências que vive, sendo também dotado de capacidade para comunicar seus diferentes estados afetivos, seja de satisfação e bem-estar, de se sentir cuidado, ou de frustração, mal-estar e necessidade de atenção.

Aprendemos com Leonardo e Magdalena que o bebê não apenas é uma pessoa, mas é único e reage de formas singulares diante de situações que podem ser semelhantes às vividas por outros bebês. Cada

bebê tem seu ritmo, seus horários de sono, sua fome e seu padrão de alimentação, seu limiar de tolerância à espera e à frustração e seus modos de reagir ao que lhe frustra. Por isto, não pode haver fórmulas gerais, manuais de orientação para pais do tipo dos manuais de instrução. Seria um contra-senso, neste caso, se os autores se colocassem como detentores do saber, dizendo aos pais o que fazer. Pelo contrário, eles incentivam que os pais, pai e mãe, adentrem a singular aventura de conhecer o seu filho reconhecendo que estão no escuro, que seu filho é um ser a um só tempo íntimo e desconhecido, e busquem a cada momento as respostas que possam atender as suas demandas e promover seu desenvolvimento, rumo a uma gradual independência.

Estas respostas, também nos dizem os autores, não podem ser congeladas. Cada dia é um dia, e a cada dia a criança é outra. Com este livro, o que eles buscam é muito mais ajudar os pais a desenvolver um estado de abertura para acolher e compreender os filhos a partir das comunicações que estes emitem a cada momento, levando em consideração também o conhecimento de que fazem parte do desenvolvimento etapas conflitantes que se constituem em momentos necessários mas angustiantes de crise tanto para os pais como para a criança. Do mesmo modo, a própria formação da família é compreendida como um processo complexo, desde os primeiros momentos da relação do casal - período muitas vezes caracterizado por fortes idealizações e, portanto, vulnerável a muitos equívocos -, rumo a uma convivência que permita a emergência e o respeito pelas diferenças, base de um arranjo emocional familiar mais estável, tolerante e satisfatório.

Este arranjo depende, como nos mostram os autores, da possibilidade de cada um dos membros do par separar-se de antigos padrões de funcionamento, próprios de suas famílias de origem, para abrir-se para o novo arranjo que vêm a constituir em conjunto. E, tal como contribuem para desidealizar a relação a dois, abrindo espaço para que cada leitor possa pensar as vicissitudes e dificuldades de sua vida amorosa, os autores apresentam com serenidade os sentimentos contraditórios que envolvem o desejo de ter filhos, a gravidez, a maternidade e a paternidade, permitindo ao leitor um contato mais amplo com seus próprios sentimentos como parte de um casal, como pai ou mãe, auxiliando assim na elaboração desses sentimentos e no desenvolvimento de uma maior tolerância a emoções desagradáveis.

Pai e mãe emergem das reflexões de Magdalena e Leonardo não apenas como

cuidadores incondicionais, mas como pessoas também necessitadas de cuidados, vulneráveis a sentimentos tais como a rivalidade e os ciúmes que costumam emergir com a chegada de um filho, este terceiro membro que transforma a díade. E é com esse mesmo espírito aberto e sem idealizações que os autores percorrem o caminho que vai do nascimento aos 12 meses, depois aos 24, aos 36, passando pelas questões centrais do desenvolvimento infantil vividas no cotidiano doméstico, na alimentação, no sono, no brincar, até a entrada na escola, quando o mundo da criança amplia-se nas relações com professores e colegas.

Cabe ainda ressaltar que todos esses aspectos que envolvem o percurso de uma família desde a sua constituição até a criação dos filhos são pensados levando-se em consideração não apenas os conhecimentos médicos e psicanalíticos decantados na longa experiência clínica dos autores, mas a família em contexto; isto é, dentro de nosso momento histórico e social. Destaca-se, neste sentido, a consideração do impacto, na criação dos filhos, da entrada da mulher no mercado de trabalho e, o que tem sido cada vez mais frequente, a participação do homem nas tarefas domésticas.

Todos os desdobramentos práticos e afetivos resultantes da pressão que a vida moderna impõe aos membros adultos da família são analisados na relação que ajudam a determinar com as crianças. Diante das novas configurações familiares, Leonardo Posternak e Magdalena Ramos falam a pais que muitas vezes perderam seus referenciais tradicionais, que se encontram em trânsito diante de novos valores, convidando-os a criar novas maternidades e paternidades, numa alquimia de papéis cujos ingredientes principais possam ser não as normas rígidas, mas a sensibilidade e a compreensão.

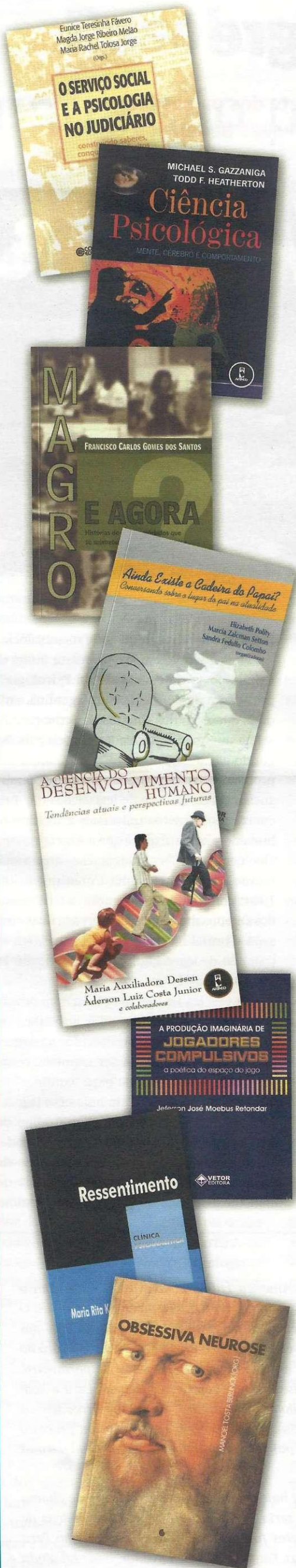
Magdalena Ramos: psicanalista, coordenadora do Núcleo de Casal e Família da PUC-SP. Autora do livro "Introdução à Terapia Familiar". Organizadora dos livros "Terapia de casal e família" e "Família como paciente".

Leonardo Posternak: pediatra do Hospital Israelita Albert Einstein. Membro do departamento de Saúde Mental da Sociedade de pediatria de São Paulo. Autor do livro: "O direito à verdade - cartas para uma criança" (prêmio Jabuti)

Belinda Mandelbaum

Psicanalista, professora do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP e coordenadora do Laboratório de estudos da família, relações de gênero e sexualidade do IP/USP.

Estante



Ressentimento - clínica psicanalítica

Maria Rita Kehl, R\$ 28,00, Editora Casa do Psicólogo, 247 páginas, contato: (11) 3034-3600. A coleção "Clínica Psicanalítica", dirigida por Flávio Carvalho Ferraz, compõe-se de obras voltadas para a compreensão das mais diversas problemáticas psicopatológicas pelo prisma psicanalítico. Os textos tratam do tema proposto com rigor e concisão, integrando aos elementos teóricos freudianos as produções e preocupações da psicanálise contemporânea. Os autores são profissionais que têm se destacado na abordagem da questão sobre a qual foram convidados a escrever.

Ainda existe a cadeira do papai? – conversando sobre o lugar do pai na atualidade

Organizadoras: Elizabeth Polity, Márcia Zalczman Setton e Sandra Fedullo Colombo, R\$ 38,00, Editora Vetor, 290 páginas, contato: (11) 3283-5225. Ainda Existe a Cadeira do Papai? Essa pergunta é o ponto de partida para revisitar o lugar do pai por meio de distintos domínios de saber e múltiplos contextos de pesquisa. Uma narrativa envolvente convida cada pessoa a participar da construção do significado do lugar do pai nos tempos contemporâneos a partir do vivido. Vozes de homens, mulheres, adolescentes e crianças unem-se num grande coro estético do qual o lugar do pai - uma construção social -, surge como relação organizada em torno de significados de amor, responsabilidade e comprometimento. Afetivo, amoroso e cuidadoso, este trabalho é um presente para todos nós terapeutas e interessados nas relações familiares.

Obsessiva neurose

Manoel Tosta Berlinck (organizador), R\$ 49,00, Editora Escuta, 448 páginas, contato (11) 3865-8950. Este livro reúne importantes textos de autores brasileiros e estrangeiros sobre a neurose obsessiva, manifestação psicopatológica cujo nome foi criado por Sigmund Freud. "Obsessiva Neurose" é assim chamado porque a neurose obsessiva é... obsessiva e possui uma insuspeitada riqueza de aspectos. Por exemplo, sua compreensão ajuda, em muito, não só a atividade clínica, mas também o entendimento do mundo em que vivemos. A leitura deste livro é uma fascinante aventura do espírito que leva o leitor ao âmago da civilização e do mal-estar que ela produz em todos nós.

Magro e agora? – histórias de obesos mórbidos que se submeteram à cirurgia bariátrica

Francisco Carlos Gomes dos Santos, R\$ 28,00, Editora Vetor, 174 páginas, contato: (11) 3283-5922. Este livro analisa o processo de formação e transformação da identidade pessoal de obesos mórbidos que foram submetidos à cirurgia bariátrica. A decisão de estudar esse tema decorreu da constatação da insatisfação dos sujeitos com seu estilo de vida e com resultados negativos quase sempre obtidos com tratamentos convencionais, como dieta e medicamentos. Dessa forma, o livro sugere que é possível estudar casos extremos de obesidade, que concretizam o que as áreas da saúde consideram como uma doença, que atualmente está tornando-se uma epidemia mundial.

Ciência psicológica – mente, cérebro e comportamento

Michael S. Gazzaniga, Todd F. Heatherton, R\$ 148,00, Editora Artmed, 624 páginas, contato: (11) 5539-1509. Durante uma década, avanços significativos na Neurociência revolucionaram o campo da Psicologia, propondo novas questões e revigorando linhas clássicas de pesquisa. Em "Ciência psicológica: mente, cérebro e comportamento", o neurocientista Michael Gazzaniga e o especialista em psicologia social

e da personalidade Todd Heatherton integram os mais recentes achados em psicologia cognitiva, social, do desenvolvimento, da personalidade e clínica, em um texto acessível e qualificado para estudantes de graduação. Cobrindo as pesquisas de ponta atuais e utilizando uma abordagem interdisciplinar, esses renomados autores internacionais reúnem nesta obra o dinamismo e a energia da psicologia contemporânea. Trata-se de um livro conciso, didático, atualizado, que apresenta o estado da arte da ciência psicológica, agora disponível aos estudantes de língua portuguesa em uma edição diferenciada, com alta qualidade gráfica.

A produção imaginária de jogos compulsivos – a poética do espaço do jogo

Jeferson José Moebus Retondar, R\$ 42,00, Editora Vetor, 298 páginas, contato: (11) 3283-5922. Todo desejo encontra-se passível de se tornar compulsão. Inclusive o desejo de jogar. Atualmente há três abordagens clássicas que procuram discutir a realidade do jogador compulsivo: a abordagem psicológica, a abordagem genética e a abordagem sociológica. Considero essas três abordagens, mas proponho uma quarta: a de que a ambiência das casas de jogo é capaz de enredar subjetivamente os indivíduos numa trama de sentidos favorecendo a emergência do ato compulsivo. O espaço é produto e produtor de sentidos e o jogador é antes de tudo um construtor de mundos, de sonhos e portador de uma fé inabalável.

O serviço social e a Psicologia no Judiciário – construindo saberes, conquistando direitos

Organizadoras: Eunice Teresinha Fávero, Magda Jorge Ribeiro Melão, Maria Rachel Tolosa Jorge, R\$ 29,00, Editora Cortez, 240 páginas, contato: (11) 3864-0111. Este livro, que conta com valiosos textos de apresentação de Marilda V. lamamoto e de Dayse César F. Bernardi, além de mostrar a realidade de trabalho do assistente social e do psicólogo no Poder Judiciário, traz o resgate histórico da inserção dessas profissões nesse campo de São Paulo. Fruto de pesquisa inédita e reveladora do perfil desses profissionais, e também das demandas que lhes chegam no cotidiano de trabalho, sobretudo nas Varas da Infância e Juventude, e de Família e Sucessões, essa obra coloca-se como de leitura obrigatória para todos aqueles que acreditam ser possível um exercício profissional baseado na luta pelo acesso a direitos, e fundado no compromisso com a implementação de um projeto profissional que aponte para a transformação real da sociedade em que vivemos.

A ciência do desenvolvimento humano – tendências atuais e perspectivas futuras

Maria Auxiliadora Dessen, Áderson Luiz Costa Junior e colaboradores, R\$ 49,00, Editora Artmed, 278 páginas, contato: (11) 5539-1509. A necessidade de um material didático apropriado e atualizado em Psicologia do Desenvolvimento Humano determinou a escrita desta obra. As concepções teóricas e os conceitos são tratados de forma simples, inteligível e completa, facilitando a compreensão por parte dos leitores, mas sem perder de vista o aprofundamento necessário à complexidade dos fenômenos do desenvolvimento humano à multiplicidade de abordagens teóricas que a instigante Psicologia do Desenvolvimento permite abordar. Esta obra é uma importante contribuição para o avanço da Psicologia no Brasil, favorecendo o acesso ao que há de mais atual e qualificado nesse campo e estimulando a geração de novos conhecimentos contextualizados em nossa realidade.

À espera de um milagre

A legislação para infância e juventude é avançada em boa parte dos países latino-americanos, mas as crianças ainda não sentiram o impacto desses benefícios

No passado recente, as crianças, na América Latina, eram objetos de proteção, seja para o Estado, a Igreja Católica ou entidades filantrópicas. Na década de 90, essa visão foi modificada e passaram a ser consideradas sujeitos de direito. Mais do que uma questão semântica, é uma distância conceitual que faz a diferença na hora de contemplar a infância e a adolescência com políticas públicas e dotação orçamentária. Apesar da mudança com a aprovação de marcos normativos inspirados na Convenção Internacional de Direitos da Criança da ONU, a nova legislação ainda não se traduziu concretamente, em boa parte dos países do continente, em proteção e bem-estar para os jovens.

Karyna Batista Spozato, diretora executiva do ILANUD (Instituto Latino-americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente), atribui mais às questões de natureza cultural do que de aspecto legal os obstáculos para revestir os jovens desses direitos. “Existe uma relação estreita entre a cultura com a política na área da infância. De modo geral, nos países latino-americanos, faz-se confusão entre assistencialismo e filantropia, e entre direito da criança e do adolescente”, explica. O investimento público ainda não demonstra que essa concepção foi internalizada e respeitada. “As crianças e adolescentes continuam em situação de vulnerabilidade, de exclusão social, que demandam maiores cuidados”, alerta.

Karyna diz que, apesar de 15 anos de reestruturação legal e institucional, ainda se constata práticas tutelares e autoritárias. “A área que se verifica isso com clareza é a do adolescente em conflito com a lei”, observa. “Ainda paira a aplicação excessiva das medidas privativas de liberdade em detrimento das medidas em meio aberto”, lamenta. “Uma internação na Febem não é exatamente uma proteção, pois é uma supressão de direitos e garantias sem a aplicação de medidas socioeducativas”, pondera.

Mas ela aponta indicações de políticas sociais e básicas concebidas pela Convenção Internacional para que as ações se realizem no âmbito dos municípios. No Brasil, haveria bons exemplos. Karyna cita Santo André, que tem “boas iniciativas com a profissionalização de adolescentes; São Carlos, com o atendimento integrado para adolescentes acusados; e Belo Horizonte, com a efetivação e execução de medidas de meio aberto”.

No Equador, houve uma mudança legal que proíbe a reclusão de menores de 15 anos de idade (no Brasil, é a partir dos 12 anos). Na Colômbia, as instituições se fundamentam em pedagogias reeducativas. No México, a descentralização das políticas públicas talvez seja a maior da América Latina, o que confere maiores chances de sucesso a sua aplicação.

Suzana Sottol, assistente regional de Políticas Públicas da UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), responsabiliza a deficiência institucional dos países por não implementar medidas previstas nos atuais códigos da infância. “Não há fundos, transparência e eficiência para provocar inversão



Criança carente na Plaza Miserere, em Buenos Aires

social”, afirma. Ela reconhece que não é tarefa fácil redesenhar a arquitetura institucional e criar mecanismos de políticas sociais. “É uma estrutura complexa”, admite.

Suzana sugere que se descentralize o sistema de proteção à infância, criando uma rede paralela à administração do Estado e articulando uma ação intra-setorial com setores de interesse, como os ligados à saúde, educação e meio ambiente. Mais: que os direitos das crianças façam parte de uma ampla agenda de desenvolvimento de setores onde efetivamente se decidem as linhas de ação da política dos países, ou seja, os ministérios da área financeira, os parlamentos e instituições ligadas a temas como a dívida externa e ao tratado do livre comércio. Assim, ela acredita que as normatizações, avançadas em seus princípios, produzirão impacto na vida das crianças e adolescentes.

Argentina - Apesar de ser o país com melhor Índice de Desenvolvimento Humano da América Latina, segundo cálculo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Argentina sofre com problemas sociais típicos de seus vizinhos continentais, em particular no que se refere à desventura de milhares de crianças e adolescentes que disputam as ruas de Buenos Aires como es-

paço de moradia e feudos de mendicância.

Emílio Garcia Mendéz, professor titular de Criminologia da Faculdade de Psicologia e presidente da Fundação Sur-Argentina, entidade que trata dos direitos das crianças, desenha um quadro desolador em seu país. Segundo ele, a Argentina enfrenta muitos dos problemas comuns aos do Brasil no campo social, porém padece de legislações que preconizam os direitos universais e os direitos humanos. Emílio explica que a Argentina convive com duas leis antagônicas. Ao mesmo tempo em que tem uma Constituição (de 1994) conectada à Convenção Internacional dos Direitos da Criança, conserva “a mais atrasada e brutal lei da América Latina”, em se tratando de legislação para jovens de até 18 anos de idade.

De 1919, a Lei Agote nasceu com propósitos discricionários dirigidos aos filhos de estrangeiros indesejáveis nascidos na Argentina. Como não podiam ser expulsos como seus pais, a lei foi criada para “confinar” os menores de 16 anos. E até hoje essa legislação, que tem paralelo ao antigo Código de Menores brasileiro, estaria sendo aplicada. Emílio afirma que, com a ambivalência de duas leis em vigor, o magistrado pode de maneira discriminatória impor sua senten-

Avanço e retrocesso

A evolução dos direitos das crianças na América Latina começou em 1989 com a aprovação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança das Nações Unidas. O processo passou por três etapas. A primeira vai de 1989 a 1991, quando 90% dos países da América Latina ratificam a convenção, tendo o Brasil como país pioneiro ao aprovar, em 1991, o Estatuto da Criança e Adolescente. O ECA serve de parâmetro, segundo Karyna Spozato, para outros países, como Equador, Venezuela, Peru e Bolívia. A segunda etapa compreende o período de 1991 a 1997, em que se procedem as reformas legislativas e institucionais. No Brasil, por exemplo, aconteceu um processo de descentralização. A adoção de políticas públicas passou do governo federal para os Estados.

Emílio Garcia Mendéz diz que de 1997 até hoje, houve um retrocesso, que ele chama de involução autoritária. Essa involução seria representada pelas 12 sentenças de reclusão perpétua na Argentina, os decretos fujimoristas ultra-repressivos no Peru (1997) e também em países como Honduras, Guatemala e El Salvador, onde há ainda esquadrões da morte e até no Brasil onde se discute a reforma do ECA com a proposta de privatização e descentralização da execução da medida de privação de liberdade.

“Não há fundos, transparência e eficiência para provocar inversão social”

Suzana Sottolo

ça, tendo como referência a condição social do menor. Se é da classe média ou alta, aplica-se a Constituição. Se é pobre, a Lei Agote, que, na definição de Emílio, é um “cadáver que goza de saúde excelente”.

Para os maiores de 16 e menores de 18 anos, o tratamento é ainda mais severo. Para os delitos cometidos por jovens dessa faixa etária, um decreto de lei da ditadura militar de 1980 permite ao juiz optar pelo tratamen-

to tutelar. Se o tratamento não surtir efeito até os 18 anos, o jovem é julgado como adulto. “A questão é que quem avalia o resultado desse tratamento é o juiz”, questiona Emílio. O resultado é que em razão dessa legislação, o Judiciário adotou a reclusão perpétua. Hoje, há 12 sentenças dessa natureza no país.

Não bastasse a legislação discricionária para crianças e adolescentes, não haveria políticas públicas para a infância seja no campo educacional seja na área assistencial. “A lei educacional desresponsabilizou o Estado pela execução de políticas educacionais. Com o caráter clientelista e o não funcionamento das políticas universais de saúde e de assistência, produziu-se uma catástrofe de ordem social e política: as crianças em situações de rua”, contextualiza.

Para agravar a situação de abandono das

crianças e adolescentes, os esforços para redirecionar esse eixo estão comprometidos, porque, segundo Emílio, o movimento de luta pelos direitos da criança e os vários setores da sociedade estão muito fragmentados, o que inclui a Psicologia. “Os psicólogos ainda não perceberam a necessidade de trabalhar na mudança da lei. Isso faz parte do problema, não faz parte da solução”, lamenta. Uma das poucas instituições voltadas para essa área é a Fundação Sur-Argentina, que tem como objeto principal a defesa técnica jurídica dos menores de idade que estão em conflito com a lei.

Fundação Sur-Argentina:

www.surargentina.org

Ilanud: www.ilanud.org.br

Unicef: www.unicef.org

Mural

II Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão espera por você

A Psicologia brasileira trabalha continuamente para construir sua identidade e um dos espaços mais apropriados para fortalecer os laços entre os profissionais é o Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão. A segunda edição do evento, organizado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, acontecerá em setembro de 2006, mas a categoria de todas as áreas da Psicologia está sendo mobilizada para que a produção dos saberes seja desde já elaborada para o enriquecimento do diálogo.

O Ciência e Profissão de 2006 será lugar para o desenvolvimento do compromisso da profissão com as necessidades da sociedade brasileira e oportunidade para que as todas as questões, abordagens e construções da Psicologia se apresentem e possam ser divulgadas e debatidas. A inscrição abriu no dia 19 de setembro de 2005. A programação do congresso está organizada por Grupos de Atividades, que você confere no *site do congresso* www.cienciaeprofissao.com.br



II Congresso Brasileiro PSICOLOGIA: Ciência & Profissão

Data de 19 a 23 de setembro de 2006;

Local Expo Imigrantes;

Inscrições a partir de 19 de setembro de 2005;

Comissão Organizadora formada por representantes das dezessete entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira

2º Dia Nacional de Luta contra a Baixaria na TV

A Campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, promoveu no dia 9 de outubro, o 2º Dia Nacional de Luta contra a Baixaria na TV. Com o slogan “Sintonize a Ética na TV”, a Campanha convocou os telespectadores a sintonizar as emissoras públicas e outras emissoras cuja programação de qualidade respeita a ética e os direitos humanos.

Encontro Nacional de Direitos Humanos

O direito que a população tem à informação com liberdade de expressão foi o foco principal das discussões do Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005 –direito humano à comunicação: um mundo, muitas vozes -, realizado na Câmara dos Deputados, em Brasília, nos dias 17 e 18 de agosto. O evento reuniu representantes de mais de 200 entidades da sociedade civil, entre elas o CRP SP e o CFP.

Além do painel principal – “Nova ordem da informação e direitos humanos: trajetória histórica do conceito” - foram discutidos em painéis simultâneos temas como “A importância da comunicação na educação em direitos humanos”, “Gênero, raça e etnia na comunicação” e “Estado federal e a implementação dos tratados sobre direitos humanos”.

A Carta de Brasília, documento final do encontro, reiterou a importância de garantir livre acesso a uma mídia plural que respeite as diversidades étnicas, raciais, sexuais, culturais, regionais e das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Para que se possa exigir mudanças radicais tanto nos meios de comunicação e na publicidade quanto nos demais meios de difusão e educação, segundo o documento, é preciso reconhecer a existência na mídia brasileira das várias formas de intolerância presentes na cultura nacional, como racismo, sexismo, homofobia, lesbofobia, xenofobia e preconceito religioso. Informações: www.crp.org.br ou www.crisbrasil.org.br

Psi em braile

A primeira edição em braile do “PSI” foi bem recebida por psicólogos e instituições que trabalham com deficientes visuais. Seis entidades já solicitaram exemplares do jornal para oferecer a seus usuários: Biblioteca Braille do Centro Cultural São Paulo, Biblioteca Francisco Pati, Biblioteca Presidente Kennedy, Fundação Dorina Nowil, Emef Dr. Pedro Leite Cordeiro e Lar Santa Luzia. Cinco profissionais com deficiência visual também se cadastraram para receber o jornal. Informações: (11) 3061-9494 – ramal 202 ou pelo e-mail: webmaster@crpsp.org.br

“Diversidade” ganha prêmio em Gramado na categoria “Melhor Programa de TV”

Produzida pela TV PUC e patrocinada pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, a revista eletrônica “Diversidade” ganhou, no último dia 21 de agosto, o prêmio “Melhor Programa de TV” no Festival de Gramado na categoria universitária. O “Diversidade”, idealizado pelo CRP SP, tem uma proposta diferenciada que se contrapõe às programações das grandes emissoras, pautadas, em sua grande maioria, em entretenimentos muitas vezes ofensivos aos direitos humanos e descompromissados socialmente. O “Diversidade” reúne convidados para um bate-papo sobre temas de interesse social e relacionados à Psicologia e é dirigido a um público que vai além dos profissionais da área. O programa é transmitido pelo Canal Universitário: NET-SP (canal 11) e TVA (canal 71). A programação pode ser acessada nos sites www.tvpuc.com.br e www.cnu.org.br

Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi)

Uma forma rápida e eficiente para a comunidade da Psicologia ter acesso à informação especializada de qualidade é a Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi). O projeto, desenvolvido desde o ano 2000, é resultado de parceria do CFP com o Serviço de Biblioteca e Documentação do Instituto de Psicologia da USP e o Centro Latino-americano de Informação em Ciências da Saúde, da Organização Pan-americana da Saúde. O sucesso do modelo brasileiro fez com que a BVS-Psi fosse escolhida para coordenar o projeto para a América Latina.

A BVS-Psi pretende integrar os produtores e geradores de informação em Psicologia para promover a atualização profissional e o avanço da pesquisa científica no Brasil e na América Latina. Para atingir o objetivo, foi criada, em 2001, a Rede de Bibliotecas da Área de Psicologia (ReBAP), que reúne base de dados de periódicos, teses, revistas e textos nacionais e internacionais. Outra ferramenta de destaque é a pesquisa sobre livros, com sumário, capa e *links* para as editoras. O site da biblioteca é www.bvs-psi.org.br

CRP SP homenageou psicólogos

Durante o evento em comemoração ao Dia do Psicólogo, em 27 de agosto, foi realizada uma solenidade no SESC Paulista para homenagear psicólogos por terem se destacado em suas respectivas áreas: Odette de Godoy Pinheiro, da área de Formação; Sandra Maria Fischetti Barchi, da área de Saúde Mental; Lumena Almeida de Castro Furtado, da área da Saúde; e Dayse Cesar Franco Bernardi, da área Jurídica.